

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:  
QUÍMICA DA VIDA E DA SAÚDE**

**RILDO GOULART PERES**

**EM BUSCA DO LUGAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CORSAN:  
A CONSTITUIÇÃO DO *SUJEITO* MULTIPLICADOR AMBIENTAL**

**Porto Alegre  
2017**

**RILDO GOULART PERES**

**EM BUSCA DO LUGAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CORSAN:  
A CONSTITUIÇÃO DO *SUJEITO* MULTIPLICADOR AMBIENTAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências.

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rochele de Quadros Loguercio.**

**Porto Alegre  
2017**

**RILDO GOULART PERES**

**EM BUSCA DO LUGAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CORSAN:  
A CONSTITUIÇÃO DO *SUJEITO* MULTIPLICADOR AMBIENTAL**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rochele de Quadros Loguercio.

Aprovado em: 02/10/2017.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Alessandro Soares Cury - UFCA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tania Renata Prochnow – ULBRA/ CANOAS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leandra Franciscato Campos – IQ/UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Calabró – Relatora do PPGQVS - UFRGS

## CIP - Catalogação na Publicação

PERES, RILDO GOULART

Em busca do lugar da Educação Ambiental na CORSAN:  
A constituição do sujeito Multiplicador Ambiental /  
RILDO GOULART PERES. -- 2017.

87 f.

Orientadora: ROCHELE DE QUADROS LOGUÉRCIO.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da  
Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em  
Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-  
RS, 2017.

1. Educação Ambiental. 2. Análise do Discurso. 3.  
Disciplina. 4. Jogos de Verdade. I. LOGUÉRCIO,  
ROCHELE DE QUADROS, orient. II. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização dessa pesquisa só foi possível com o apoio da empresa CORSAN e dos seus departamentos representados pela ASCOM, SURSIN, US CANOAS em especial as colegas Vanessa Klüsener, Rosane Beria e Clara Delamarina Michelin. Aos colegas que se dispuseram a participar da pesquisa que embasou um dos artigos dessa dissertação, deixo um fraterno abraço pela ajuda.

Agradecimento mais do que especial para Mara Vanessa Pohlmann pelas memórias, recordações, conversas e por ter iniciado a formação do Multiplicador Ambiental na CORSAN.

Aos colegas do grupo de pesquisa Mariana Marasca, Jardel Telles, Susane Oliveira, Juliana Pereira, Paula Nunes, Paloma Santos, André Morando, André Daitx e o Ale, muito obrigado pelas conversas, apontamentos, brincadeiras tanto nos encontros quanto no grupo do Whats.

A minha família em especial a minha mãe Enilda, meu pai Felipe, meus irmãos Orlando, Oberdan, Zito e Paloma, pois juntos somos mais fortes.

A minha querida bisa Deotília...

Aos meus filhos, pacientes pelas minha ausências e participantes dos meus momentos mais estressantes que uma dissertação pode ter.

A minha esposa, companheira, mulher, amiga.... Obrigado por tudo, e ainda mais por ser essa pessoa maravilhosa que tu és, sou abençoado em te ter como esposa.

Aos amigos do Lei C e barra 93 que me ajudaram a crescer como pessoa e como profissional.

Em especial a minha orientadora Rochele, Chele, enfim uma pessoa maravilhosa que me acompanhou nesses dois anos de mestrado e mais um ano de graduação. A gratidão que tenho por você por ter me estimulado e apoiado a fazer o mestrado é enorme e por isso só tenho de dizer meu Muito Obrigado.

Aos demais colegas de pós-graduação e de serviço obrigado pela compreensão e pela colaboração na elaboração desta dissertação.

“[...] uma espécie de agulhão que deve ser implantado na carne [...], cravados na existência (constituindo) um princípio de agitação, um princípio de movimento, um princípio de permanente inquietude no curso da existência” (FOUCAULT, 2006, p.11)

## RESUMO

A reverberação do *discurso* da problemática ambiental, que emergiu na década de 60, tem como um dos seus efeitos o desenvolvimento de Políticas Públicas ambientais para combater a “crise” do desenvolvimento propagada pelos governos. No entanto, as formações discursivas presentes nessa episteme colaboraram no desenvolvimento de um novo conceito: desenvolvimento sustentável para dar conta das mazelas provocadas pelo modelo econômico posto, a partir de uma visão positivista da ciência. Aliás, essa visão que marca os corpos do *sujeito* formando um objeto sógnico característico da ciência: o jaleco branco, que legitima e empodera as falas de quem se utiliza dessa vestimenta, no caso específico dessa pesquisa em ações de Educação Ambiental. O uso de dispositivos é um conceito de Foucault que identifica o uso recorrente de estratégias pelos governos para gerir a população de forma massiva e individualizante, mesmo se tratando de uma área que tinha como proposta inicial ser transdisciplinar, como é o caso da Educação Ambiental. Ademais, a Educação Ambiental de forma geral culpabiliza o indivíduo pelos danos ao ambiente “convocando-o” a mudar suas atitudes para um mundo “melhor”. O objetivo desse trabalho é compreender o papel do *sujeito* Multiplicador Ambiental nas ações de Educação Ambiental da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), mesmo que hoje não exista um programa de Educação Ambiental que oriente, capacite ou padronize uma metodologia que seja replicável nos mais de 340 municípios em que a empresa atua, considerando as particularidades da cultura, política e sociedade local. Dessa forma os resultados obtidos nos três artigos nos possibilitam identificar a preocupação do corpo funcional em atender uma demanda da sociedade na área da Educação, em específico a Educação Ambiental. No entanto, as ações ambientais dos chamados Multiplicadores Ambientais, sem formação ou política ambiental específicas da empresa, ficam a mercê de informações publicitárias, *discursos* de senso comum e um tanto ingênuos por vezes, que reverberam na sociedade em geral, sem a catarse de uma comunidade de conhecimento ativa, a tendência é culpabilizar a população, reproduzir as estratégias neoliberais de alguns governos, e manter-se no senso comum. Essa dissertação mostra algumas evidências dessas questões, bem como, algumas críticas que não apareceram nas falas dos Multiplicadores, e que, são importantes e necessárias a nosso ver.

**Palavras-Chave:** Educação Ambiental. Análise do Discurso. Disciplina. Jogos de Verdade.

## ABSTRACT

The reverberation of environmental discourse, which emerged in the 1960s, has as one of its effects the development of environmental public policies to combat the "crisis" of development propagated by governments. However, the discursive formations present in this episteme collaborated in the development of a new concept: sustainable development to account for the ills caused by the economic model put, from a positivist view of science. In fact, this vision that marks the bodies of the subject forming a sign object characteristic of science: the white coat, which legitimizes and empowers the speeches of those who use this clothing, in the specific case of this research in Environmental Education actions. The use of devices is a concept of Foucault that identifies the recurrent use of strategies by governments to manage the population in a massive and individualistic way, even if it is an area that had as initial proposal to be transdisciplinary, as is the case of Environmental Education. In addition, Environmental Education generally blames the individual for damages to the environment "by calling him" to change his attitudes towards a "better" world. The objective of this work is to understand the role of Environmental Multiplier in the Environmental Education actions of Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), even though today there is no Environmental Education program that guides, trains or standardizes a methodology that can be replicated in more than 340 municipalities in which the company operates, taking into account the particularities of local culture, politics and society. In this way the results obtained in the three articles allow us to identify the functional body's concern in meeting a society's demand in the area of Education, specifically Environmental Education. However, the environmental actions of so-called Environmental Multipliers, with no company-specific environmental policy or training, are at the mercy of advertising information, common sense and somewhat naive speeches that reverberate in society in general, without catharsis of a active community of knowledge, the tendency is to blame the population, to replicate the neoliberal strategies of some governments, and to maintain common sense. This dissertation shows some evidences of these questions, as well as some criticisms that did not appear in the speeches of the Multipliers, and which are important and necessary to our view.

**Keywords:** Environmental Education. Speech analysis. Discipline. Truth games.



## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – INVESTIMENTOS DO FGTS EM SANEAMENTO BÁSICO.....	71
------------------------------------------------------------	----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Charge. ....	32
Figura 02: Dança dos índios. ....	33
Figura 03: Água legal. ....	34
Figura 04: Logo da Empresa. ....	37
Figura 05: Visita Orientada na ETA. ....	55
Figura 06: Visita Orientada na ETA. ....	55
Figura 07: Imagens de atividades de Educação Ambiental. ....	57
Figura 08: Visita Orientada na ETA. ....	57
Figura 09: Consumo de água. ....	73
Figura 10: Sequência de slides culpabilizando o <i>sujeito</i> pelos danos ambientais. ....	74

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AGAPAM</b>	Associação Gaúcha do Movimento Ambiental
<b>ASCOM</b>	Assessoria de Comunicação
<b>ATAE</b>	Agente de Tratamento de Água e Esgoto
<b>COL</b>	Corsan <i>On Line</i>
<b>CTS</b>	Ciência, Tecnologia e Sociedade
<b>CORSAN</b>	Companhia Riograndense de Saneamento
<b>EA</b>	Educação Ambiental
<b>ETA</b>	Estação de Tratamento de Água
<b>ENPEC</b>	Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências
<b>EPI</b>	Fundo de Garantia do Tesouro Social
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>MA</b>	Multiplicador Ambiental
<b>PMC</b>	Prefeitura Municipal de Canoas
<b>PMCMV</b>	Programa Minha Casa Minha Vida
<b>PRONASA</b>	Programa Nacional de Saneamento
<b>RS</b>	Rio Grande do Sul
<b>RSAE</b>	Regulamento de Serviços de Água e Esgoto da CORSAN
<b>SENAI</b>	Serviço Nacional da Indústria
<b>SUTRA</b>	Superintendência de Tratamento

## SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
LISTA DE TABELAS .....	8
LISTA DE FIGURAS .....	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	10
SUMÁRIO.....	11
I – INTRODUÇÃO .....	12
II – OLHARES SOBRE/DA PESQUISA .....	14
III – CONCEITOS E FERRAMENTAS EM FOUCAULT .....	17
ARTIGO 01.....	19
Políticas Públicas e <i>Discurso</i> de Governo: os momentos da CORSAN em suas descontinuidades .....	19
1. Introdução .....	19
2. Da crise ambiental como problema contemporâneo.....	21
3. Das Potências das Imagens em um mundo ocularcêntrico.....	24
4. Movimentos e ações de pesquisa .....	26
5. Resultados e discussões .....	27
5.1. O que dizem os materiais de divulgação em termos de condução de condutas ..	28
5.2. Políticas Públicas e <i>Discurso</i> de Governo .....	30
5.3. O que não dizem os materiais.....	35
6. Considerações finais .....	38
7. Referências .....	39
ARTIGO 02.....	42
Uma ciência moderna reatualizando-se em Práticas de Educação Ambiental .....	42
1. Da ciência moderna e seus <i>sujeitos</i> .....	42
2. Da metodologia.....	45
3. Da CORSAN .....	46
4. Das práticas e das normas: uma não-norma.....	48
5. Das redes dos <i>sujeitos</i> ambientais .....	50
6. Das imagens .....	52
7. De perguntas e de imagens: o que vimos .....	53
8. Considerações Finais .....	58
9. Referências .....	59
ARTIGO 03.....	62
Análise do <i>discurso</i> da oficina de Educação Ambiental como ferramenta de inclusão social da CORSAN .....	62
1. Introdução.....	62
2. Ferramentas conceituais base para entender o papel de um MA como produtor de <i>verdade</i> .....	63
3. Os entendimentos de Educação Ambiental e os MA.....	64
4. As oficinas de Educação Ambiental, a Comunidade e os movimentos da pesquisa.....	68
5. Análises possíveis dos movimentos de Educação Ambiental em uma comunidade específica .....	69
5.1. Os materiais dos oficineiros .....	72
6. Considerações finais .....	76
7. Referências .....	77
VII - Resiliências .....	79
REFERÊNCIAS.....	81

## I – INTRODUÇÃO

A elaboração de uma dissertação é atravessada por vários *discursos* e pelo assujeitamento do escritor, que ao iniciar a caminhada sai da zona de conforto a qual está acostumado, e conhece alternativas teóricas para auxiliar na formação do pensamento crítico a cerca do objeto de pesquisa. Essa sensação de desconforto que poderia ser um fator de desestimulação ou de inquietude é, ao mesmo tempo, desafiador e estimulante e acima de tudo maravilhoso. Dessa forma, entendo ser necessária uma contextualização da minha trajetória até esse momento em que me aproximei da área de Educação em Ciências e, especificadamente, da Educação Ambiental. Sendo filho de funcionário da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), e que era responsável pelo tratamento e qualidade de água distribuída na cidade de Esteio, desde cedo me enxergo relacionado a esta empresa, pelo fato da minha residência ficar dentro do pátio dela. A fascinação em ver o laboratório de análises da Estação de Tratamento de Água (ETA) com vários “vidrinhos”, me chamou a atenção e eu entendia que era algo fascinante de se trabalhar.

Anos mais tarde ingressei no curso de graduação em Química Industrial e paralelamente fui aprovado em um concurso público para trabalhar na CORSAN, na área de tratamento, em 1994, como Agente de Tratamento de Água e Esgoto. Após me adaptar e aprender o ofício, fui indicado<sup>1</sup> para acompanhar as escolas e/ou associações na Visita Orientada pela ETA, que era (e é) uma explanação sobre os processos de tratamento de água utilizados pela CORSAN para torná-la potável.

Os “vidrinhos” me encaminharam para a graduação em Química Industrial, mas foi após trabalhar em ações de Educação Ambiental na empresa que me trouxe de volta para a Universidade para a área da Educação. No entanto, posso afirmar que eu relutei em abraçar a área de Educação, pois os parentes por parte de pai eram a grande maioria professores, que relatavam em vários momentos de reunião da família os desafios de ser professor. Além disso, na CORSAN auxiliei na implantação dos sistemas ISO 9001 e 14000<sup>2</sup>, e de sistemas de qualidade baseado

---

<sup>1</sup> O funcionário que exercia esta atividade de forma voluntária e era denominado como Técnico, a partir de 1999 a Companhia passou a denominar como Facilitador Ambiental e nos últimos anos como Multiplicador Ambiental vinculado a um Conselheiro Regional de Educação Ambiental.

<sup>2</sup> ISO 9001 é uma certificação referente a padronização de produtos e serviços, a ISO 14000 é referente a padronização dos processos com gestão ambiental.

nos Programas Gaúcho Qualidade e Produtividade e Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento, ou seja, padronização e procedimentos faziam parte do meu ofício.

Foi quando “sofri” um revés na empresa, pois precisavam de um funcionário para atender alunos do sexto ano de uma escola municipal de Canoas em uma atividade de Educação Ambiental, o que me mostrou o quão despreparado eu estava para abordar os processos de tratamento de água para umas “pessoinhas” com tanta energia e vontade de falar. No entanto, mesmo com a graduação em licenciatura em química próxima do final, não me sentia preparado o suficiente para “encarar” uma turma de alunos, durante um ano inteiro sendo responsável pelo seu desenvolvimento escolar. Incentivado pela minha orientadora e somado com longas conversas na Área de Educação em Química na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, me levaram para cursar o mestrado no Programa de Pós-graduação Educação em Ciências: Química pela Vida e da Saúde. A escrita da dissertação me auxiliou a entender que a Educação Ambiental e a sua relação com a empresa, estão submetidas a diversos *discursos* que não podem ser ignorados e que apareceram nessa pesquisa através das análises empreendidas.

## II – OLHARES SOBRE/DA PESQUISA

A discussão sobre como abordar a temática Educação Ambiental<sup>3</sup> aumentou nas últimas décadas, mas especificadamente, a partir da década de 60, quando emergiram debates sobre o modelo de desenvolvimento industrial utilizado pelos países como forma de se tornarem modernas e favorecer o crescimento da população com mais conforto, e as consequências dessas ações para o ambiente.

O modelo exploratório se mostrou ultrapassado na medida em que não considerava os impactos provocados pelas indústrias sobre o ambiente<sup>4</sup>, sendo necessário mudar a relação das sociedades com a natureza, fomentando o surgimento do termo desenvolvimento sustentável<sup>5</sup>, a partir da Conferência de Estocolmo (1972) e ratificado na Conferência Rio-92 (1992). Se considerarmos que a revolução industrial iniciou em 1760 e a preocupação ambiental foi mais disseminada entre os anos de 1960 e 1970, temos um período muito curto para modificar o *discurso* científico a respeito do desenvolvimento industrial.

Nessa pesquisa, nos interessa, particularmente, analisar as mídias, as ações e as políticas de educação de uma empresa de tratamento de água, cujo objeto de trabalho é um dos bens mais preciosos ao ambiente, após o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável.

Tratar a água e educar sobre seu consumo não parece de forma alguma ser uma medida casual em tempos de desenvolvimento sustentável e de neoliberalismo globalizado. Dessa forma, para realizar um movimento de análise da Educação Ambiental de uma empresa pública, que atravessou os anos e “sentiu” essa mudança no seu comportamento como uma indústria cujo produto é a água potável, entendemos ser necessário ter um olhar incomum, sendo que por incomum, nos

---

<sup>3</sup> Entendo que se trata de uma área da Educação com uma importância maior do que tem na nossa sociedade, portanto optei em utilizar durante toda dissertação como um nome próprio, a exceção, nas citações que mantive o formato original.

<sup>4</sup> Nesse momento faço um parêntese a respeito do termo “meio ambiente”, muito utilizado ainda em eventos e em Políticas Públicas com foco na preservação ambiental, ser redundante, pois ambiente significa “conjunto das condições biológicas, físicas e químicas nas quais os seres vivos se desenvolvem, [...] que envolve ou está à volta de alguma coisa ou pessoa, que é relativo ao meio físico ou social circundante” (AURELIO, 2017) e meio é o “lugar onde se vive, [...] conjunto das circunstâncias culturais, econômicas e sociais em que se vive um indivíduo [...]” (Ibid.).

<sup>5</sup> Modelo de desenvolvimento apoiado em um tripé constituído dos eixos econômico, social e ambiental.

referimos a fugir do próprio olhar dos educadores ambientais e suas teorias<sup>6</sup>, tanto quanto dos educadores sócio críticos e sua busca por uma saída possível. Assim, optamos por um olhar pós-crítico em que “[...] qualquer impressão é, ao mesmo tempo que impressão, também uma conformação sobre o mundo” (VEIGA-NETO, 2007, p.30). Olhar às ações de uma empresa estatal percebendo seus *discursos* sobre o mundo e que conformam um mundo.

Ewald nos auxilia sobre como abordar a pesquisa em uma perspectiva pós-moderna sem

[...] imposições, uma possibilidade entre outras; certamente que não mais verdadeira que as outras, mas talvez mais pertinente, mais eficaz, mais produtiva... E é isso que importa: não produzir algo de verdadeiro, no sentido de definitivo, absoluto, peremptório, mas dar “peças” ou “bocados”, verdades modestas, novos relances, estranhos, que não implicam silêncio de estupefação ou um burburinho de comentário, mas que sejam utilizáveis por outros como as chaves de uma caixa de ferramentas (1993, p.26, grifo do autor).

Dessa forma, meu caminho foi sendo desenhado por leituras das obras de Michel Foucault, principalmente, as que abordam os regimes de *verdade* instituídos e legitimados nas redes discursivas, em um dado período histórico, e em uma dada sociedade, que são aceitos, repetidos e transmitidos.

O uso de autores, como Enrique Leff e Isabel Carvalho, proporcionou uma compreensão mais próxima da perspectiva adotada na pesquisa, pois o objetivo geral da dissertação é de **compreender o papel do Multiplicador Ambiental nas atividades de Educação Ambiental na CORSAN.**

A pesquisa também foi no sentido de identificar o lugar do funcionário que se intitula como Multiplicador Ambiental em uma empresa pública, que teria como obrigação legal realizar essas atividades de forma mais sistêmica ou institucional. Para tanto a dissertação foi constituída por três artigos em que tentei realizar um movimento de interligá-los, ao mesmo tempo em que forneci uma autonomia para cada um deles, de forma a manter uma sequência na leitura como estão dispostos.

No primeiro artigo, analisamos os materiais que a CORSAN disponibiliza para a população, e de que forma ela se mostra impactada pelo *discurso* dos gestores públicos que comandaram o estado do Rio Grande do Sul nos últimos

---

<sup>6</sup> As perspectivas utilizadas na Educação Ambiental no Brasil têm se caracterizado pela vertente crítica tendo como maiores expoentes o Philippe Layrargues, Carlos Frederico Loureiro e Paulo Freire, mas são poucos que realizam uma abordagem pós-crítica o que dificultou a escolha da metodologia a ser utilizada na pesquisa.



anos: como os *discursos* são ativados, interditados e reativados, identificando os silêncios e as rupturas existentes.

No segundo artigo, é proposto uma discussão sobre uma das formas mais estabelecidas de representar a ciência e sua legitimidade, o uso do jaleco branco, e de sua apropriação pelos Multiplicadores Ambientais. Nessa discussão, buscamos articular como a ciência moderna impacta e legitima algumas falas dos funcionários da CORSAN ao utilizar o jaleco branco como forma de dar veracidade aos seus *discursos*. Ademais, identificamos como a fala dos funcionários torna-se a fala da empresa de forma a emergir um *discurso* único a respeito das atividades de Educação Ambiental, mesmo sem um programa institucional que oriente ou capacite os Multiplicadores Ambientais.

No terceiro artigo, invadimos as oficinas e trazemos uma análise do *discurso* de uma oficina de Educação Ambiental utilizada na cidade de Canoas/RS para moradores contemplados com o Programa Minha Casa Minha Vida, que aborda “dicas” de como consumir a água e evitar o seu desperdício. Nessa análise, aparecem questões a respeito do que o Multiplicador Ambiental traz como *verdade* sobre a empresa e o consumo de água, e de como não aborda outros assuntos: seus ditos e os interditos numa relação direta com esses consumidores especiais.

### III – CONCEITOS E FERRAMENTAS EM FOUCAULT

A aproximação de um referencial como Michel Foucault nos inquieta pois “tudo é perigoso [...], não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer” (FOUCAULT, 1995, p.256). E o fazer, nessa pesquisa, é apropriar dos conceitos foucaultianos para realizar as análises dos materiais coletados.

Evidentemente a obra de Foucault é vasta e cheia de rupturas e retomadas de acordo com as necessidades que sua própria obra o despertava, de acordo com as respostas que precisava dar aos críticos e de acordo com as perguntas que se lhe permitiu sua época de viver, por essa razão e mesmo por competência assumimos nesta pesquisa, algumas de suas ferramentas que são úteis para reconhecer meus *sujeitos/objetos* de pesquisa, destaco pois os conceitos de *formações discursivas, episteme e atos discursivos sérios*, da fase arqueológica de sua obra que nos serve para analisar o saber produzido em alguns materiais e oficinas, mais tarde no desenrolar da dissertação os conceitos da arqueologia sofrem um deslocamento para os de genealogia e ética, é nessa parte que utilizo o conceito de *dispositivo*, em que se considera a própria episteme como um *dispositivo*, mas também os conceitos de *disciplina, controle, subjetivação e verdade*.

Foucault identifica que há um conceito útil para analisar uma época, o conceito de *episteme* que é

não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade mais soberana de um *sujeito*, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas (FOUCAULT, 2009, p.217).

Nas diferentes *epistemes*, podemos identificar diferentes *formações discursivas* que são “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2009, p.133). Isto é, o que é possível dizer sem estar na exterioridade selvagem.

As *formações discursivas*, por sua vez, conformam o *sujeito* pelo *discurso* composto de enunciados cotidianos, comuns e dos *atos discursivos sérios* que

possuem uma incessante vontade de *verdade*, em que “é o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2002, p.12).

Para Foucault a definição de *sujeito* está muito mais na interseção dos *discursos* “verdadeiros” que na identidade individual, pois o sujeito é uma forma, um lugar vazio nos *discursos*, ocupável por quaisquer indivíduos que nesse lugar caibam, se assujeitem ou se subjetivem.

Quando focalizamos o poder, na fase genealógica, o *dispositivo* aparece e pode ser definido como

a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (*o dito e o não dito*)...[e entre estes] existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes, [cuja finalidade] é responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (FOUCAULT, 2002, p.244-245, inserções nossas).

O *dispositivo* é uma composição de estratégias e práticas que, como no panóptico do filósofo inglês Jeremy Bentham, em que todos são vigiados e todos se vigiam, o que contribuiu para o surgimento do poder *disciplinar* que é o elemento que “[...] tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que podem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos” (FOUCAULT, 2000, p.289), ou seja para uma condução de condutas, docilizando os corpos dos *sujeitos*, de forma a moldar indivíduos como se ele fosse um corpo único, ocorrendo assim, “[...] uma segunda tomada de poder que, por sua vez não é individualizante, mas é massificante [...] em direção não ao homem-corpo, mas ao homem-espécie” (FOUCAULT, 2000, p.289).

Esses conceitos complexos são, ou pretendemos que sejam operacionalizados no momento de olhar os materiais, as ações, as legislações, as falas, as publicidades e as políticas, ou sua ausência, presente na constituição do *sujeito* Multiplicador Ambiental da CORSAN.

## ARTIGO 01

# POLÍTICAS PÚBLICAS E *DISCURSO* DE GOVERNO: OS MOMENTOS DA CORSAN EM SUAS DESCONTINUIDADES

Rildo Goulart Peres<sup>1</sup>

Rochele de Quadros Loguercio<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>1,2</sup>

### Resumo

A Companhia Riograndense de Saneamento produz materiais de divulgação das suas ações e investimentos na área do saneamento no Estado do Rio Grande do Sul, que são utilizados pelos funcionários (Multiplicadores Ambientais) de forma voluntária em ações de Educação Ambiental representando a empresa de forma oficial. Esses materiais são diretamente influenciados pelas Políticas Públicas estaduais, que são modificadas a cada novo governo. Esse artigo tem como objetivo analisar como os *discursos* são ativados, interditados e reativados, identificando os silêncios e as rupturas existentes.

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas. Imagens. *Discurso*.

### 1. Introdução

As empresas públicas possuem um sistema de gestão definido e que se desenvolve de forma a conciliar a sua atividade com as Políticas Públicas de cada governo, determinando o que deve ser priorizado para atender os objetivos de forma macro. Nesse sentido, as Políticas Públicas são “repaginadas” sob o novo *discurso* do governo imbricando os “dogmas” dos partidos políticos, tentando disseminar uma ideia de mudança, que o “novo” é melhor do que o “velho”, alterando paradigmas ou formas de leitura do mundo. No entanto, os *discursos* dos novos e antigos gestores, mesmo sendo opositores, estão dentro de uma episteme que “nor-teia” os *discursos* e *enunciados* possíveis em uma determinada disposição dos saberes.

Nesses momentos em que ocorrem rupturas na forma de governar o estado, emergem outros *discursos* que poderiam estar interditados ou silenciados, sob um *regime de verdade* instituído no governo anterior. A Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), por ser uma autarquia pública cujo acionista majoritário é o governo do Estado do Rio Grande do Sul, sofre os efeitos dessas Políticas Públicas instituídas a cada nova gestão - quatro anos - ocorrendo alguns períodos de

completa “paralisa” de gestão<sup>7</sup>, mas que podem desencadear o surgimento de novos *discursos* como efeitos das singularidades.

O objetivo desse trabalho é exercitar uma análise dos materiais, disponibilizados pela Assessoria da Comunicação (ASCOM) da CORSAN para o público interno e externo da empresa no período de 1999 a 2017, com ênfase nas imagens utilizadas para compor os textos dessas publicações. E compõem uma pesquisa maior que indica a recorrência dessas imagens nos processos de Educação Ambiental realizados nas oficinas.<sup>8</sup>

As imagens podem funcionar como *enunciados*, “[...]desde que sejam tomados como manifestações de um saber e que, por isso, sejam aceitos, repetidos e transmitidos” (VEIGA-NETO, 2014, p.94) “[...] dentro de cada *discurso* que marcam e sinalizam o que é tomado por verdade, num tempo e espaço determinado, isto é, que estabelecem um regime de verdade” (Ibid., p.101). Contribuindo, nesse sentido, Veiga-Neto aborda a imagem e a palavra como diferentes, pois “[...] não se fundem, não se reduzem, ou seja, a linguagem não faz mediação entre o que vemos e o nosso pensamento, mas ela constitui o próprio pensamento e, assim, precede o que pensamos ver no mundo” (2007, p.33). Essas combinações flutuantes que ocorrem entre as palavras e as imagens, *formações discursivas* e não-discursivas não definem um porto seguro para ancorar a análise, mas que em cada parada é possível realizar pequenas amarrações que auxiliam a construir uma nova maneira de olhar o mundo, não que seja a melhor ou a pior, mas nesse percurso tornamos visíveis o que já estava posto para nós.

Procuramos identificar os *discursos* ecológicos atravessados pelos *discursos* econômicos, publicitários e políticos, ou seja, é imprescindível realizar uma *genealogia* utilizando a “[...] história para conjurar a quimera da origem, um pouco como o bom filósofo necessita do médico para conjurar a sombra da alma” (FOUCAULT, 2002, p.19).

---

<sup>7</sup> No primeiro e último ano de cada governo, as gestões tendem a não adotar novas práticas de gestão e/ou Políticas Públicas.

<sup>8</sup> Análise do *discurso* da oficina de Educação Ambiental como ferramenta de inclusão social da CORSAN, p.62-78. Artigo submetido e aceito no XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC, 2017).

## 2. Da crise ambiental como problema contemporâneo

A “crise ambiental” irrompe como um problema na história contemporânea, e podemos entender nesse caso particular como Gallo, pois “[...] os problemas são acontecimentos e, portanto, caóticos e imprevisíveis. E o problema é sempre uma singularidade, e por sua vez composto por um agenciamento de singularidades” (2008, p.118) cujos efeitos se dispersam em *formações discursivas*.

Deleuze explica que

[...] quando uma nova formação aparece, com novas regras e novas séries, nunca é de um só golpe, numa frase ou numa criação, mas em “tijolos”, com a sobrevivência, o deslocamento, a reativação de antigos elementos que subsistem sob as novas regras (2005, p.136, grifo do autor).

Uma dessas *formações discursivas* recente é o conceito de *desenvolvimento sustentável*<sup>9</sup>, presente no *discurso* dos governos e da sociedade visando um “mundo melhor”. Mas melhor para quem?

A dispersão do *discurso* do *desenvolvimento sustentável* de forma ampla e padronizada, ainda apresenta o caráter positivista, classificatório que influenciou a relação do ser humano com a natureza. Ou seja, apesar das questões ambientais estarem em discussão na atualidade, ainda são regidas pelo caráter neoliberal de produção econômica com vistas ao desenvolvimento econômico e, sob uma perspectiva antropológica, que permite então colocar o discurso do *desenvolvimento sustentável* junto as demandas sociais para o conforto do ser humano.

Utilizando o termo *desenvolvimento sustentável*, que engloba os eixos sociais, econômicos e ambientais, é permitido que as empresas sejam instaladas em áreas verdes, com a devida “compensação ambiental” em nome do progresso.

Associada ao *discurso* de *desenvolvimento sustentável*, a questão ambiental pode se tornar

[...] amplamente difundida [...] e legitimada, devido ao grande poder de convencimento dos discursos científicos e políticos que afirmaram que a vida do planeta estava correndo grave risco se mudanças não ocorressem, e pelo fato de boa parte dos governos começarem a instituir políticas ambientais como forma de minimizar sua responsabilidade pela problemática ecológica [...] (BARCHI, 2016, p.636),

---

<sup>9</sup> Um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras (LEFF, 2015, p.19).

respondendo às reivindicações dos movimentos sociais, inclusive no Brasil<sup>10</sup>. A questão ambiental passa a ser utilizada como *verdade*<sup>11</sup> para a redenção dos males causados pelo progresso permitido causado por *discursos* científicos, positivistas, econômicos e etc, no que se refere ao desenvolvimento industrial sem pensar nos seus impactos sobre o ambiente.

No caso específico o *discurso* científico colabora através de uma interdição e desqualificação dos saberes sociais “[...] como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade” (FOUCAULT, 2002, p.170). E, lembrando que o *discurso* científico foi “[...] fundado na racionalidade formal e instrumental de um ideal de progresso através do controle crescente do mundo” (LEFF, 2015, p. 238), a Educação Ambiental se constituiu como uma alternativa epistemológica centrada na transdisciplinaridade, e não sendo mais “[...] um processo acumulativo e crescente de conhecimentos positivos e matematizáveis” (Ibid., p.238).

#### Para Michel Foucault a *Economia Política da verdade*

[...] tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política [...]; é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo [...]; é produzida e transmitida sob controle, não exclusivo, mas dominante de alguns aparelhos políticos ou econômicos [...]; é objeto de debate político e de confronto social [...] (2002, p.13, grifo do autor).

O *discurso* da Educação Ambiental e do *desenvolvimento sustentável* fez, fortemente, parte da rede discursiva, nas décadas de 70 a 90, fomentando a elaboração de políticas ambientais “[...] permitindo aos governos sistematizarem suas ações com melhor precisão e base conceitual” (BARCHI, 2016, p.636) pois

governam-se coisas [...] essas coisas, de que o governo deve-se encarregar, são os homens, mas em suas relações com coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades [...]; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos [...], os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc (FOUCAULT, 2002, p.282).

<sup>10</sup> No Rio Grande do Sul foi protagonizado pela Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAM).

<sup>11</sup> “[...] conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (Ibid., p.13).

A Educação Ambiental “surge” ou melhor emerge, a princípio, como uma alternativa ao desenvolvimento centrado na racionalidade ocidental, mas também podemos considerar como um *dispositivo*<sup>12</sup> similar ao panóptico do filósofo inglês Jeremy Bentham, pois

[...] tem seu princípio não tanto numa pessoa como numa certa distribuição concertada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares; numa aparelhagem cujos mecanismos internos, produzem a relação na qual se encontram presos os indivíduos [...], pouco importa, conseqüentemente, quem exerce o poder. Um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a máquina: na falta do diretor, sua família, os que o cercam, seus amigos, suas visitas, até seus criados [...] quanto mais numerosos esses observadores anônimos e passageiros, tanto mais aumentam para o prisioneiro o risco de ser surpreendido e a consciência inquieta de ser observado (FOUCAULT, 2013, p.192).

O *dispositivo* Educação Ambiental objetiva os *sujeitos* pelos ensinamentos no que tange as condutas e comportamentos ditos adequados com essa nova visão do ambiente e a nossa relação com ele, convidando e/ou submetendo a um processo de transformação de atitudes, de forma a melhorar e qualificar a natureza. Elizabeth Ramos reforça essa ideia do *dispositivo* pois a

ação individual foi valorizada, as preocupações ambientais da esfera pública para a esfera subjetiva, para o indivíduo, recaindo-se numa visão simplista, na medida em que, o discurso do “sobrevivencialismo” reduz a dimensão política das questões ambientais e procura identificar na ação isolada dos indivíduos as causas da degradação ambiental (2001, p206).

A degradação ambiental pertencente a uma visão naturalizada do ambiente, que “tende a ver a natureza como o mundo da ordem biológica, essencialmente boa, pacificada, equilibrada, estável em suas interações ecossistêmicas” (CARVALHO, 2012, p.35), deixando o ser humano “de fora”, pois, a sua simples presença macularia algo tão sacro. E considerando, que “[...] são poucos os programas que trabalham a problemática epistemológica e metodológica da interdisciplinaridade para fundamentar seus programas de investigação e estudo” (LEFF, 2011, p.311) as ações de Educação Ambiental, se resumem a “[...] uma prática multidisciplinar (colaboração de profissionais com diferentes formações disciplinares), assim como ao diálogo de saberes que funciona em suas práticas e que não conduz diretamente à articulação de conhecimentos disciplinares [...]” (Ibid., p.312).

---

<sup>12</sup> “[...] engloba *discursos*, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 2003, p.244)



O que nos remete ao Brasil na década de 90, em um momento de efervescência de ideias relacionadas a Educação Ambiental, foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental conforme a Lei Federal nº. 9.795 de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999). Essa lei define a Educação Ambiental como um “[...] componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidade do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (Ibid., art.2), se aplicando inclusive para a CORSAN.

Acompanhando esses movimentos de alteração da legislação em benefício ao ambiente, em 2012, a Assembleia gaúcha aprovou o Código Estadual do Meio Ambiente, e explica no artigo segundo que “para garantir um ambiente ecologicamente equilibrado que assegure a qualidade de vida, são direitos do cidadão, entre outros: [...] inciso III – acesso à educação ambiental [...]” (RS, 2012, p.23). Ainda, no mesmo Código no artigo 15 define que “são instrumentos da Política Estadual do Meio Ambiente, dentre outros: (Vide Lei nº 13.913/2012) inciso XI – a educação ambiental [...]” (Ibid., p.32), e no artigo 27 reforça a obrigatoriedade de ações de Educação Ambiental por parte do Poder Público em todos os níveis de atuação. O que nos remete a pergunta: De que forma uma empresa pública define as Políticas Públicas de Educação Ambiental, para desenvolver nos espaços formais, não formais ou informais como prevê a legislação?

### **3. Das potências das imagens em um mundo ocularcêntrico**

O uso de imagens em ações de Educação Ambiental tornou-se muito comum, nos materiais publicados pelos diversos órgãos públicos e/ou privados, sendo possível afirmar que “[...] hoje vivemos num mundo onde o conhecimento assim como diversas formas de entretenimento são visualmente construídas e que o que vemos é tão senão mais importante do que o que [...] ouvimos ou lemos” (ROSE, 2001, p. 1).

Há uma importância cada vez mais crescente a respeito do visual para as sociedades modernas, pois o olhar, ver e saber estão cada vez mais entrelaçados por que

diariamente vivenciamos e perpetuamos a confluência do “visto” com o “conhecido” nas conversas através do prolongamento linguístico banal do “você vê?” ou “percebe o que quero dizer?” as elocuições que parecem pedir confirmação ou quando busca opinião, inquirindo os pontos de “vista” das pessoas (JENKS, 1995, p.3).

A proliferação de imagens a que estamos sujeitos seja na mídia televisiva, marketing de empresas ou em redes sociais é um banquete tecnológico que se transforma em uma “[...] desregrada gula; toda a perspectiva dá lugar a uma visão infinitamente móvel, que já não parece mais ser um mito ou truque divino de ver-se tudo de lugar nenhum, mas ter posto o mito na prática comum” (HARAWAY, 1991, p.189) produzindo olhares específicos das diferenças sociais, mas ainda sobre uma visualidade dominante. Assim, existem diferentes modos de ver-se o mundo e a tarefa do pesquisador é de compreender como estão inseridos na rede discursiva em que eles são tomados como verdadeiros ou falsos.

Uma imagem não é um significado, mas sua visibilidade seria onde o dizível e o visível nos interpelam nos seus *discursos* com as formas que imanam dos próprios objetos, projetando forças nos *jogos de verdade* (LEITE e LOGUERCIO, 2013). Leite e Loguercio (2013) vão além, ao afirmarem que não existe nenhuma imagem pura realizando uma abordagem pós-moderna, pois a pureza é ainda o resquício dos efeitos da educação calcada no modernismo, cuja principal característica é a pureza e a cristalização da ciência como farol da verdade.

Ao usar imagens em um *discurso* publicitário<sup>13</sup> por parte de uma companhia pública, como a CORSAN, pode se falar em uma pedagogia da mídia na contemporaneidade pois a “[...] análise cultural está centrada nos aspectos de construção e produção das práticas de significação e que a imagem reflete a realidade e que a representação é a realidade (isto é: a realidade que importa)” (LEITE, HYPÓLITO e LOGUERCIO, 2010, p.322).

Foucault relembra que “[...] somos – os conflitos, as tensões, as angústias que nos atravessam – que, finalmente, é o solo, não ousa dizer sólido, pois por definição ele é minado, perigoso, o solo sobre o qual eu me desloco” (2003, p. 230) e, portanto, a cada novo olhar uma cena é criada, “[...] pois nada se representa e sim se apresenta” (LEITE e LOGUERCIO, 2013, p.139). De forma que a CORSAN ao utilizar imagens concomitantemente com “dicas” e/ou “orientações” sobre como usar de forma consciente a água fornecida, potencializa as formas de interpretação e *subjetivação do sujeito*.

---

<sup>13</sup> Lembrando que são interpelados por outros *discursos* ecológicos, econômicos e/ou sociais, assim como pela fala do Multiplicador Ambiental, que poderá abordar ou não esse material de acordo com o sujeitamento a qual se encontra.

A construção da proposta pedagógica (ou não) da CORSAN sobre os seus materiais utilizados, seja na divulgação ou em atividades de Educação Ambiental, parece que se fundamenta em uma recorrente utilização de imagens e as imagens são multisemióticas, o que inviabiliza “[...] falar em uma realidade, mas em múltiplas realidades interconectadas [...]” (GALLO, 2007, p.6) buscando “[...] formas de diálogo na diferença, diálogo na multiplicidade, sem a intenção de reduzir os diferentes ao mesmo, ao uno” (Ibid., p.6).

Nessas formas de diálogo que surgem as perguntas que são as

expressões de um tempo, de um pensamento, de uma movimentação no interior da cultura. Elas têm história e traem facilmente o pesquisador ou a pesquisadora desavisados e pouco familiarizados com a atividade e investigação intelectual, de estudo, de leitura (COSTA, 2005, p. 201).

E elas nos desafiam, nos desestruturam e tento ou melhor

[...] tateio, fabrico, como posso instrumentos que são destinados a fazer aparecer objetos [...]. Procuro corrigir meus instrumentos através dos objetos que penso descobrir e, neste momento, o instrumento corrigido faz aparecer que o objeto definido por mim não era exatamente aquele. É assim que eu hesito ou titubeio de livro em livro (FOUCAULT, 2003, p.229),

ou complementando, de imagem em imagem e de materiais em materiais observados no escopo da pesquisa. Sarlo nos auxilia pois se trata de “antes de perguntar para fazer ver do que para encontrar, de imediato, um plano de ação. Não são perguntas sobre o que fazer, mas sobre como armar uma perspectiva para ver” (1997, p. 10).

#### **4. Movimentos e ações de pesquisa**

Realizar uma pesquisa na vertente pós-estruturalista nos move em um solo arenoso e perigoso, e encontramos dificuldades sobre como objetivar o nosso objeto de pesquisa. O que nos traz a uma bricolagem de metodologias para que possa ser construído um objeto de pesquisa e/ou investigação mostrando as suas relações com outros objetos. Não nos movemos nesse campo da pesquisa com o intuito de buscar a “verdade verdadeira” ou de apontar ou determinar uma solução mágica para todos os problemas, mas analisar sem

[...] imposições, uma possibilidade entre outras; certamente que não mais verdadeira que as outras, mas talvez mais pertinente, mais eficaz, mais produtiva... E é isso que importa: não produzir algo de verdadeiro, no sentido de definitivo, absoluto, peremptório, mas dar “peças” ou “bocados”, verdades modestas, novos relances, estranhos, que não implicam silêncio

de estupefação ou um burburinho de comentários, mas que sejam utilizáveis por outros como as chaves de uma caixa de ferramentas (EWALD, 1993, p.26).

No entanto, devemos lembrar que podemos utilizar chaves que

[..] entram em qualquer fechadura, mas que acabam por não abrir nossa compreensão para fenômenos particulares, específicos, aos quais só teremos acesso se nos dedicarmos a relacionar nossos conceitos às inúmeras práticas, discursivas e não discursivas (VEYNE, 1982, p.158),

e que devemos “[...] atirar flechas, mesmo sem direção, e a dismantelar os ferrolhos [...] da modernidade” (COSTA, 2007, p.21).

Munido desses cuidados, foi realizada uma pesquisa exploratória nos materiais produzidos que estavam no acervo da ASCOM/CORSAN categorizados conforme o ano e o governo estadual. Para o escopo da pesquisa foram definidos inicialmente os materiais produzidos entre 1999 e 2016 que consistiam nos impressos: CORSAN Informa, Vitale e Marca d’Água, que tinham uma periodicidade própria, os materiais destinados para o público externo como material de apoio para os Multiplicadores Ambientais e projetos e/ou programas que foram desenvolvidos no período estipulado. A escolha desse período foi realizada por dois critérios: o primeiro por causa do curto tempo para ser desenvolvido em uma dissertação e abordar todos os materiais produzidos pela CORSAN demandaria um maior tempo. O segundo critério foi estabelecer como período de corte, um ano após a homologação do Plano Nacional de Educação Ambiental de 1999, para perceber os efeitos dessa mudança na legislação e na forma como a empresa realizava as atividades de Educação Ambiental.

Nesse processo de coleta e seleção dos materiais de análise já se procedeu a análise das discursividades sob a perspectiva de Michel Foucault, procurando marcar o que nos pareceu aproximar-se do que pode ser chamado de condução de condutas por parte da empresa, que implica ações de governo de forma a gerir a população, identificando nesse processo as discontinuidades que podem estar presentes nas mudanças de governos estaduais e os ditos e/ou não ditos nos materiais produzidos pela CORSAN no período definido no escopo.

## **5. Resultados e discussões**

A ASCOM da CORSAN disponibiliza materiais para sua força de trabalho e

para os usuários contratantes dos serviços da Companhia. Esses materiais produzidos são distribuídos pelas superintendências regionais da CORSAN e após redistribuídos para as Unidades de Saneamento localizadas nas cidades com as quais a empresa possui um Contrato de Concessão ou de Programa<sup>14</sup>.

No intuito de facilitar a abordagem metodológica utilizada, esse capítulo foi dividido em três momentos de forma a atender as marcações evidenciadas durante a pesquisa de campo, quais sejam, 5.1 - O que dizem os materiais de divulgação em termos de condução de condutas; 5.2 - Políticas Públicas e *discurso* de governo e 5.3 - O que não dizem os materiais.

### **5.1. O que dizem os materiais de divulgação em termos de condução de condutas**

A CORSAN apresenta, em muitos materiais, a importância da conscientização da população em usar a água com sabedoria, ou ainda utilizá-la de forma “racional”, como podemos observar nesse excerto

A Corsan possui multiplicadores ambientais que realizam ações junto às comunidades. Palestras nas escolas, visitas orientadas às estações de tratamento e apresentações teatrais são algumas das atividades desenvolvidas pela empresa para chamar a atenção de crianças e adultos sobre o uso responsável dos recursos naturais. A Corsan também está entre as companhias públicas que mais investem na cultura do Rio Grande do Sul (CORSAN, 2014, p.4).

Assim como prescreve condutas sobre como utilizar a água de forma a pensar no futuro, ou melhor, no seu uso consciente, pois os materiais apresentam uma situação alarmante ao abordar a finitude da água

[...] que, se utilizado sem nenhum controle, pode futuramente até desaparecer do planeta. Para se ter uma ideia, um bilhão e meio de pessoas no mundo já sofrem com a falta d'água. Mesmo com essa perspectiva alarmante, ainda tem gente que não se preocupa com o uso racional da água e o desperdício, que pode ser evitado através de pequenos cuidados no dia-a-dia (Id., 2001, p.1).

Esse *discurso*, presente nos materiais dos governos anteriores, se repete

---

<sup>14</sup> Fazemos um parêntese nesse momento, pois se faz necessário marcar a diferença entre esses dois tipos de contratos: o Contrato de Concessão foi firmado antes da vigência da Lei de saneamento de 2007 e o Contrato de Programa após. Simplificando o Contrato de Programa define as metas a serem cumpridas e penalizações caso contrário. No Contrato de Concessão esses itens eram muito vagos não deixando muito claro como se daria essa relação da prefeitura com a CORSAN.

nos materiais impressos para a campanha “Verão para TODOS”<sup>15</sup>, em que também prescreve condutas sobre como usar a água nas casas, isto é, se porta como a dona da verdade, com “[...] práticas discursivas que determinam formas legítimas de ser e ver, funcionam como dispositivos de visibilidade que produzem a um só tempo o *sujeito* que vê e as coisas visíveis” (CHAVES, 2013, p.127). Essas prescrições agem no corpo individual do usuário, do *sujeito* de forma a culpabilizá-lo pela situação atual do ambiente e que se faz necessário uma mudança de atitudes e/ou comportamentos para que ele “faça a sua parte”. Os materiais reforçam a ideia de agir de forma racional sobre o uso da água de forma a “cuidar” dela, mas ao mesmo tempo a educação moderna nos normatiza para um olhar classificatório da natureza e de exploração para o “progresso”.

A “conscientização” ambiental, por parte do usuário, é reforçada com uso de dados estatísticos como, por exemplo, índice de tratamento de água, índice de tratamento de esgoto, índice de coleta de resíduos recicláveis, cálculo da pegada ecológica<sup>16</sup>, ou seja, os

números, medidas, índices e taxas adquirem importância nas ações governamentais, seja no âmbito político, econômico, social, educacional, [...] para que os mesmos sejam utilizados na invenção de normas, de estratégias e de ações no intuito de dirigir, de administrar e de otimizar condutas individuais e coletivas em todos esses aspectos (TRAVERSINI e LOPEZ BELLO, 2009, p.149).

O uso do saber estatístico como técnica de governo em ações de Educação Ambiental se aproxima mais do conceito de *ecopolítica*<sup>17</sup> do que do conceito de *biopolítica* de Michel Foucault, que diz respeito à sociedade *disciplinar*, pois a condução de conduta implica para um futuro melhor de si e do planeta, não mais a vida no presente.

Outro excerto dos materiais nos mostra a preocupação em “[...] conscientizar os cidadãos sobre os benefícios gerados pelas obras de água e esgotamento

<sup>15</sup> No período de 15 de dezembro de cada ano até o dia 15 de março do ano subsequente é denominado de Operação Verão. Nesse período a CORSAN divulga uma campanha publicitária maciça na mídia impressa e televisiva apoiada pelo governo estadual e que em 2017 era Verão para TODOS.

<sup>16</sup> Pegada ecológica é um cálculo matemático que estima o impacto causado pelo ser humano conforme o seu estilo de consumo, e o que é necessário em consumo de recursos naturais para mantê-lo.

<sup>17</sup> Não se trata de disciplina acadêmica ou componente da gestão do governo sobre a população ou ao [...] ambiente, mas de prática de governo do planeta nos tempos de transformação (de si, dos outros, da política, das relações de poder e do planeta no universo), com desdobramentos transterritoriais e variadas estratificações conectadas (BARCHI, 2016, p.9)

sanitário” (CORSAN, 2014, p.3), mas será que é somente benesses para a população? Ou melhor (ou pior dependendo de quem está olhando) quais seriam os benefícios esperados dessas obras? Essas obras visam coletar os esgotos gerados nas casas e realizar o tratamento antes de destinar ao corpo receptor, mas e os impactos ambientais gerados durante as obras, como por exemplo, drenagem de lençol freático, retirada de solo, possibilidade de corte de vegetação nativa, afugentação ou eliminação da fauna nativa? As empresas, como a CORSAN, se utilizam do *discurso* do *desenvolvimento sustentável* para justificar o impacto ambiental causado pelas obras de execução das redes de esgoto cloacal visando qualificar o saneamento ambiental, ou seja, o “dano” de hoje é “permitido” para um futuro melhor.

## 5.2. Políticas Públicas e *Discurso* de Governo

A CORSAN, por ser uma autarquia do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, tem de se ajustar as novas Políticas Públicas dos novos gestores públicos, que emanam orientações de forma geral e hierarquizada a todos os setores os quais coordenam. Essas orientações, que se alteram a cada quatro anos, em virtude do costume da sociedade gaúcha em não reeleger os seus gestores públicos, são disseminadas de forma hierárquica para os órgãos públicos. A CORSAN, por ser um órgão executor das Políticas Públicas do estado na área de saneamento, e a demanda cada vez maior das sociedades por uma natureza mais “bela”, intocável e de qualidade visual, tem de se ajustar a cada governo que “passa” pelo Estado, formando um *discurso* com os ditos e silenciando os que são opostos a nova “verdade”.

A leitura e a manipulação dos materiais apresentaram alguns pontos em comum, conforme a época e as tendências políticas que ocupavam o governo estadual em que foram produzidos. Nesse espaço, vamos evidenciar os informativos Marca d’Água e Vitale que apresentam uma fala que se repete ao longo de todas as publicações analisadas no período de 1999 a 2003<sup>18</sup>.

Nesse período, se pode observar *discursos* que enfatizam a importância de uma empresa estadual pública, ficando explícito uma busca pela integração entre a

---

<sup>18</sup> Período em que as revistas foram produzidas.

comunidade e a CORSAN, pois seria o

[...] compromisso do Estado no Saneamento Ambiental, o compromisso e a importância da Corsan como empresa pública – devendo se destacar como a melhor e mais eficiente-; as responsabilidades, as exigências e as competências dos chefes das Unidades de Saneamento; a participação, o compromisso e o relacionamento com as prefeituras e **lideranças comunitárias** e a imagem da Companhia junto à sociedade (CORSAN, 2000, p.8, grifo nosso).

Uma percepção importante é a alusão a lideranças comunitárias, pois não está presente em nenhum outro período e se vincula a uma série de *discursos* considerados socialistas ou “de esquerda”, que marcam uma valorização do protagonismo social e uma “distribuição” ou espriamento das relações de poder, ou seja, a legitimidade dos falantes é distribuída nos *discursos* desse período e como vimos também está presente no trecho do panfleto analisado. O ápice do estreitamento da relação da CORSAN com a comunidade resultou na implantação do Programa de Educação Ambiental, em 2001, cujo objetivo principal era desenvolver um

[...] processo de ensino-aprendizagem permanente, fundamentado na **participação de servidores e das comunidades como agentes de transformação**, comprometidos com a universalização do saneamento ambiental e do **desenvolvimento sustentável**” (Id., 2001, p.4, grifos nossos).

Nesse excerto, podemos identificar o *discurso* científico<sup>19</sup> vinculado ao *desenvolvimento sustentável*, em um programa que visa integrar comunidade e empresa por ações de seus funcionários, possui como princípios a

valorização da água com um bem público e finito; controle social para a universalização do saneamento ambiental; valorização da CORSAN como empresa pública de saneamento ambiental; postura ética profissional comprometida com o modelo de **desenvolvimento economicamente viável**, ecologicamente sustentável e **socialmente justo**; ser educando e educador (Ibid., p.4, grifos nossos).

E o *discurso* científico é atravessado pelo *discurso* político ao citar que a CORSAN é uma “[...] empresa pública, sem outros interesses, senão o de levar qualidade de vida para as populações excluídas e água tratada de boa qualidade, para todos os gaúchos” (Ibid., p.3), e ainda convoca “[...] a **participação popular**

<sup>19</sup> Ao citar a universalização do saneamento ambiental e do desenvolvimento sustentável, a empresa aborda a importância de fornecimento de água potável e de esgoto cloacal coletado como forma de combater doenças vinculadas a falta de tratamento. Saneamento ambiental é classificado em quatro eixos conforme o *discurso* científico positivista no que se refere a saúde humana.

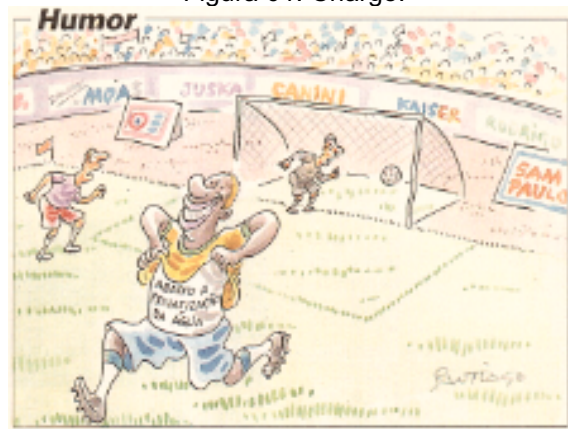


para ajudar a manter o delicado equilíbrio entre os recursos naturais e as demandas que suprem as necessidades humanas” (Ibid., p.3). Mas quais seriam os outros interesses? E podemos ir um pouco mais além ao abordarmos a “participação popular”<sup>20</sup> pois apesar de ser considerado importante na

construção social de conhecimentos supostamente emancipatórios, não resistem ao crivo de análises cujos quadros de referência apontam para a impossibilidade de participação democrática em coletivos de *sujeitos* que desfrutam de legitimidade desigual no contexto cultural (COSTA, 2007, p.101)

e poder falar não irá garantir a autonomia e emancipação. No entanto, essa análise requereria uma pesquisa junto a população afetada e não pode ser implementada no curto tempo de uma dissertação, por ora fiquemos com o *discurso* presente nesses materiais analisados e justapomos a esses o tensionamento entre as esferas dos governos estaduais e federais, cujas perspectivas são bastante divergentes. Queremos com isso evidenciar que os *discursos* não são únicos e são bastante marcadas as tensões nos materiais de divulgação.

Figura 01: Charge.



Fonte: CORSAN, 2002, p.7.

As Figuras 01 e 02 se destacam, por sintetizar o período em que elas foram produzidas, pois no governo Federal, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, representante de uma política de centro direita e estruturada em uma economia neoliberal, proibiu os investimentos na área do saneamento oriundos do Programa

<sup>20</sup> Cada governo assume um “logo” que identifica como uma marca, signo no período que está assumindo a gestão de uma prefeitura, governo estadual. No período do governo de 1999 a 2003 adotou uma imagem de uma bandeira do estado do Rio Grande do Sul em movimento com o slogan: “Estado da participação popular”

Nacional de Saneamento (PRONASA) para os municípios acima de 50 mil habitantes. Em outras palavras, as empresas estatais teriam de arcar com os custos do saneamento (altíssimos), enquanto que as empresas de capital privado poderiam solicitar financiamento público para o saneamento causando seu sucateamento o que inviabiliza empresas estatais de saneamento. No entanto, o governo estadual do Rio Grande do Sul nesse período, se posiciona contra o neoliberalismo vinculando-se a uma política de fortalecimento dos órgãos públicos, como motivadores do desenvolvimento econômico e social da população. O tensionamento então marca os materiais publicitários como podemos ver na Figura 01.

A Figura 01 apresenta uma partida de futebol, cujas placas publicitárias eram homenagens a cartunistas e chargistas, com um jogador que ao comemorar o gol, levanta a camiseta para homenagear ou mandar uma mensagem política como ocorria algumas vezes no futebol, nesse caso a mensagem era “Abaixo a privatização da água”, isto é, o *discurso* político atravessando o *discurso* publicitário de uma empresa pública engajada na luta contra as privatizações.

Por sua vez, a Figura 02 mostra a felicidade dos índios que receberam água tratada, pois era uma antiga “luta” dessa tribo.

Figura 02: Dança dos índios.



Fonte: CORSAN, 2002, p. 1.

Se realizarmos a comparação da Figura 02 com a Figura 03 podemos identificar que existe uma inversão do protagonismo das ações, pois na Figura 02 os

índios trouxeram a água, uma vez que os “Kaincangues festejam a conquista com a Dança da Guerra, simbolizando a disputa pela posse da água no mundo” (CORSAN, 2002, p.1). Apesar dos índios possuírem, na reserva indígena, água, ela é retirada de poços secos e sem tratamento, cuja qualidade era precária devido ao alto índice de indígenas com problemas de saúde provocadas pelo consumo dessa água (doenças gastrointestinais e bacterianas). A chegada da água proporcionou uma melhora na qualidade da saúde pela diminuição de doenças, sendo considerada pelos indígenas como um evento muito importante. Nesse sentido, a dança para os indígenas faz parte de um ritual que envolve pinturas corporais, comidas e outras expressões artísticas, pois é sempre ligada a um momento muito importante para a tribo, um ritual, sendo uma cerimônia sagrada para eles. A apresentação da Dança pelos indígenas não é uma apresentação circense da cultura indígena, mas sim, “têm a possibilidade de efetivar todas as interações possíveis, intensificando as relações sociais, as criações, o potencial comunicativo, retornando ao tempo sagrado e à experiência do mito” (LARA, 2008, p.45). Já na Figura 03, são oferecidas as qualidades da CORSAN de tratar a água e/ou do usuário ter uma “água legal, isto é, a empresa preocupada de forma mais globalizada, mais hegemônica, mais padronizada, se contrapondo a ideia da Figura 02, de programas mais regionais conforme a realidade de cada local.

Figura 03: Água legal.



Fonte: CORSAN, 2010, p.1.

A diferença sobre o *discurso* presente nas duas publicações, cujo intervalo é em torno de 8 anos, poderia ser considerada surpreendente, pois não é possível

alegar que não existe a alternativa de privatização da CORSAN em ambos momentos históricos, pois a proibição de verbas federais para o saneamento persiste. No entanto, podemos compreender os objetivos de cada governo representado aqui, pelas Figuras 02 e 03, pois eram de posições políticas antagônicas no estado. Em 2002 a luta era pela não privatização da CORSAN, com o ensejo de demonstrar a viabilidade da empresa como um órgão público, oferecendo um serviço de qualidade. Já em 2010, no governo da Yeda Crusius, tinha um enfoque na gestão estratégica, desempenho por resultados e alcance de metas pré-estabelecidas. Dessa forma, uma das metas era a redução de perdas na distribuição, e como a publicação nos apresenta, a culpabilidade era do usuário responsável pelas ligações clandestinas. No entanto, se faz necessário uma questão: A perda no processo de distribuição era causada exclusivamente pelo usuário não conectado de forma “legal” a rede da CORSAN? Ou poderia existir outras formas de perda de água que não são discutidas como deveria ser, por se tratar de uma empresa pública?

### 5.3. O que não dizem os materiais

Os materiais analisados prescrevem condutas, são alarmistas informando a problemática da falta da água no futuro e também se posicionam de forma política ou pelo desempenho econômico, mas o que os materiais não dizem?

Cada material foi produzido em um período histórico cercado de *discursos* sujeitados pelos fenômenos sociais ou culturais, isto é, “[...] diversas épocas históricas têm epistemes próprias e produzem diversificadas formas de verdade que circulam no interior das sociedades conectadas com o poder” (COSTA, 2007, p.98).

O *regime de verdade*<sup>21</sup> instituído em épocas históricas forma um conhecimento que subjetiva, coordena e governa de forma que separamos os materiais analisados conforme a posição política de cada governo, isto é, agrupamos os materiais dos governos de Olívio Dutra e Tarso Genro (identificados com proposta de esquerda) no grupo 1, e os materiais dos governos de Germano Rigotto, Yeda Crusius e Ivo Sartori (identificados com propostas de direita) no grupo

---

<sup>21</sup> “[...] se apresenta como um regime em que cada proposição admite sempre uma das duas alternativas: ou é falsa, ou é verdadeira” (VEIGA-NETO, 2007, p.43)

2.

Os materiais do grupo 1 mostraram uma preocupação com a participação popular com objetivo de um maior controle social e uma participação cidadã, como é citado em uma relação dialógica, no entanto não é “[...] necessariamente, uma relação de igualdade e nem de garantia de participação democrática. A participação é sempre desejável, mas não assegura igualdade na produção de *discursos*” (Ibid., p.99).

A ordem discursiva desse momento histórico<sup>22</sup>, determinando o que pode ser dito e o que é interdito em *jogos de poder*, abordava os chamados males da privatização no nível estadual e os males dos órgãos públicos (neoliberalismo) no governo federal, ou seja, os documentos/materiais produzidos apresentavam a linguagem que produz uma “realidade” narrada pelo pesquisador. Essa realidade era o fortalecimento da marca da CORSAN, como um órgão público com controle social oferecendo um serviço de qualidade no tratamento de água. As imagens, de modo geral, possuíam alguma relação com a sociedade e/ou funcionários em uma rede de preservação ambiental, informando que promoviam saneamento básico com preço justo. O *paradigma*<sup>23</sup> de uma empresa pública ineficiente era o *discurso* a ser combatido, apresentando uma empresa com capacidade de se relacionar de forma mais humana com a sociedade e com maior qualidade nos serviços prestados. No regime de verdade estabelecido na CORSAN, a proposição verdadeira abordava a importância de uma empresa pública pertencente as Políticas Públicas de inclusão social e de participação cidadã, enquanto que parcerias com empresas ou abertura de capital da empresa era algo indecível, preso na exterioridade e visto como uma anomalia (VEIGA-NETO, 2007).

Já os materiais classificados como grupo 2 demonstram uma preocupação com a eficiência de uma empresa pública através de dados e indicadores. O que provocou uma mudança na cultura da empresa ao trabalhar com objetivos a curto, médio e longo prazo culminando na implantação de um programa de participação nos resultados financeiros, operacionais e ambientais. Assim, a empresa fortalece uma imagem de qualidade aliada a eficiência de uma instituição pública,

---

<sup>22</sup> Governo do Olívio Dutra.

<sup>23</sup> não no “[...] sentido forte de paradigma, isto é, a algum suposto caráter de hegemonia e de incomensurabilidade paradigmáticas” (Ibid., p.42), mas quando “[...] nos referirmos a uma visão particular de mundo, segundo a qual atribuímos determinados significados – e não qualquer significado – ao mundo (Ibid., p. 43)

contrariando a lógica neoliberal dos próprios governos ditos de direita. Isto é, a lógica de estado mínimo se contradiz ao fortalecerem a CORSAN com uma empresa 100% pública. Essa contradição aparente encontra ressonância com o discurso do grupo 1 a respeito de oferecer uma água tratada por uma empresa pública, diferenciando em alguns detalhes na sua gestão.

Além desses *discursos* que se apresentam, o logo da companhia se destaca, pois, está presente em todos os materiais produzidos como divulgação da marca, mas sem se ater o detalhe de explicar o significado do mesmo. No acervo da ASCOM foi localizado um informativo que foi publicado pela empresa em março de 1984, e traz o depoimento dos criadores da marca, que objetivaram relacionar o símbolo à atividade da empresa como é mostrado na Figura 04.

Figura 04: Logo da Empresa.



Fonte informativo CORSAN, março de 1984

A fala de um dos criadores do logo, criado na década de 60, evidencia que

[...] deveria estar ligado à atividade da empresa. E também que havia necessidade de uma identificação com o nome porque se tratava de impor a marca. Partimos então da letra C, inicial de CORSAN e buscamos uma relação com a atividade de tratamento de água. Surgiu então a identificação com decantador (CORSAN, 1984).

Dessa forma o logo utilizado pela CORSAN pode ser denominado como um *enunciado*, pois

é um tipo muito especial de um ato discursivo: ele se separa dos contextos locais e dos significados triviais do dia a dia, para constituir um campo mais ou menos autônomo e raro de sentidos que devem, em seguida, ser aceitos e sancionados numa rede discursiva, segundo uma ordem –seja em função do seu conteúdo de verdade, seja em função daquele que praticou a enunciação, seja em função da instituição que o acolhe (VEIGA-NETO, 2014, p.94).

Esse *enunciado* ativa outros *enunciados* e *discursos* relacionando a CORSAN a esgotamento sanitário, qualidade de vida e saúde, pois a empresa reforça esse olhar ao utilizar, na grande maioria dos materiais, imagens de reservatórios, crianças consumindo água e pessoas preparando alimentos com água da torneira.

O sentimento de bem-estar relacionado com as imagens de água corrente ativa a memória sensorial para dar maior confiança e/ou credibilidade a empresa para a sociedade gaúcha.

## **6. Considerações finais**

Destaca-se, que as ações de Educação Ambiental são realizadas utilizando os trabalhos voluntários dos funcionários da Companhia, sem uma determinação ou orientação, o que emerge um questionamento. Por que ao orientar sobre o consumo de água potável existe o Regulamento de Serviços de Água e Esgoto e para a Educação Ambiental depende da iniciativa dos funcionários? Convém agregar a essa discussão o fato de que no Acordo Coletivo firmado entre os funcionários e a Direção da CORSAN foi incluída uma cláusula em 2012, que remunera o funcionário que exerce as atividades de Educação Ambiental para o público externo, desde que participe de um curso de capacitação ministrado pelo Serviço Nacional da Indústria (SENAI). Essa remuneração é realizada baseada em um relatório, que o funcionário elabora ao término da atividade, informando a quantidade de horas necessárias para ser executada, isto é, um pagamento sob a forma de “horista” em que não contabiliza o tempo necessário para organizar a palestra, “forçando” o funcionário a elaborar o plano de aula nos horários que não está à disposição da companhia.

As rupturas entre um governo e outro (governo no sentido de mandato) fomentam algumas políticas que podem permanecer ou não nesses momentos, dependendo mais de como os funcionários entendem ser pertinente incluir nas palestras de Educação Ambiental na Companhia. O primeiro programa de Educação Ambiental da CORSAN emergiu em 2001, em decorrência de vários fatores que ocorreram naquele ano nos anteriores. Analisar agora pode ser mais confortável, pois conhecemos os efeitos das atitudes e das Políticas Públicas adotadas naquele momento, no entanto, ainda estão reverberando na empresa até o momento, nas suas rupturas e nos seus silêncios.

Esse programa originou outros modelos, que mudaram o foco de inclusão social e da participação cidadã para um foco mais de gestão dos resultados, com intuito de mostrar uma empresa eficiente. Esses modelos de Educação Ambiental foram sendo adaptados e até silenciados, conforme o entendimento de cada governo, mas em 2012, a CORSAN criou uma Assessoria de Educação Ambiental vinculada ao gabinete da presidência criando um Conselho de Educação Ambiental, cujo objetivo era abranger o sócio ambiental<sup>24</sup> e a Educação Ambiental com participação e controle social mas que pode ter esbarrado na falta de profissionalização da função do Multiplicador Ambiental pois o funcionário também tinha de exercer as atividades inerentes ao seu cargo.

No entanto, inerente a qualquer período analisado, está a condução de condutas dos usuários, reforçando a ideia de ser uma pessoa “consciente”, “racional” e que desenvolva atitudes “responsáveis” para que se tenha um mundo “melhor” ou de acordo com o *discurso* da companhia.

## 7. Referências

BARCHI, Rodrigo. **Educação ambiental e (eco)governamentalidade**. Ciências Educação, v.22, n.3, p.635-65-, 2016.

BRASIL. **Lei Federal no. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispões sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2012, 256p.

CHAVES, Sílvia Nogueira. **Reencantar a ciência, reinventar a docência**. 1ª ed. São Paulo: Livraria da Física, 2013, 177p.

CORSAN. Informativo Interno. mar. 1984.

\_\_\_\_\_. **Marca D'água**. Ano 1, n.07, nov. 2000.

\_\_\_\_\_. **Afinal, você é racional ou não?** 2001.

\_\_\_\_\_. **Marca D'água**. Ano 3, n.27, maio 2002.

---

<sup>24</sup> Na CORSAN o trabalho sócio ambiental é referente a obrigatoriedade que constam nos contratos das obras financiadas pela Caixa Econômica Federal em realizar uma campanha comunicando os usuários sobre os impactos durante a obra e os benefícios a médio e longo prazo.



\_\_\_\_\_. **Água legal**, ser um cliente da CORSAN traz muitos benefícios, 2010.

\_\_\_\_\_. **4 bilhões**: investir em saúde e qualidade de vida faz a diferença, 2014

COSTA, Marisa Vorraber. Velhos temas, novos problemas – a arte de perguntar em tempos pós-modernos\*. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss. (Orgs.). **Caminhos Investigativos III**: riscos e possibilidade de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_. Pesquisa-ação, pesquisa participativa e política cultural da identidade. In: COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos Investigativos II**: outros modelos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

DELLEUZE, Gilles. **Foucault**. 5ª Ed. São Paulo: Braziliense, 2005.

ENPEC. Análise do discurso da oficina de Educação Ambiental como ferramenta de inclusão social da CORSAN. Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, ISSN: 1809-5100, Florianópolis, 2017.

EWALD, François. **Foucault, a norma e o direito**. Lisboa: Veja, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** (tradução de Roberto Machado). 17ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

\_\_\_\_\_. Poder e saber. In: MOTTA, Manoel Barros da. ( Org.). **Estratégia, Poder-Saber**. Trad. Vera Lúcia Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2003 (Coleção Ditos e Escritos IV).

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GALLO, Silvio. **Currículo (entre) imagens e saberes**. Palestra proferida no V Congresso Internacional de Educação. São Leopoldo. Pedagogias (entre) lugares e saberes, 2007.

\_\_\_\_\_. O problema e a experiência do pensamento: implicações para o ensino da filosofia. In. BORBA, Siomara.; KOHAN, Walter Omar. **Filosofia, aprendizagem, experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs and Women**: The reinvention of nature. New York: Routledge, 1991.

JENKS, Chris. The centrality of the eye in western culture: na introduction. In: JENCKS, Chris (Ed.) **Visual Culture**. London and New York: Routledge, 1995, p.1-25.

LARA, Larissa Michelle. **As danças no candomblé**: corpo, rito e educação. Maringá: Eduem, 2008.

LEFF, Enrique. **Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental**. Olhar de professor, 14(2): p.309-335, 2011.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

LEITE, Maria Cecília Lorea; LOGUERCIO, Rochele de Quadros. Políticas Curriculares e Imagens. In: TURA, Maria de Lourdes Rangel (Org.). **Currículo, Políticas e Ação Docente**. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2013, v. 1, p.137-157

LEITE, Maria Cecília Lorea; HYPOLITO, Álvaro Moreira; LOGUERCIO, Rochele de Quadros. **Imagens, docência e identidade**. Cadernos de Educação, FAE/PPGE/UFPEL. Pelotas [36], 319-335, maio – ago. 2010.

RAMOS, Elizabeth Christmann, Educação Ambiental: origem e perspectivas. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a12.pdf>>. **Educar** n. 18, p. 201-218, 2001. Acesso em: 10 jul. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Código Estadual do Meio Ambiente**. Lei nº 11.520, de 03 de agosto de 2000, atualizada pela Lei nº 13.914 de 12 de janeiro de 2012. Rio Grande do Sul: Corag. 2012.

ROSE, Gillian. **Visual methodologies**: An Introduction to the interpretation of visual materials. London: SAGE Publications, 2001 (tradução de Rosa Fischer).

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna**. Trad. Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

TRAVERSINI, Clarice Salete; LOPEZ BELLO, Samuel Edmundo. O Numerável, mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar. Educação e Realidade. Porto Alegre, v.34, n. 2, p.135-152, mai./ago. 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. Paradigmas? Cuidado com eles! In: COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos Investigativos II**: Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p.35-47.

\_\_\_\_\_. **Foucault & a Educação**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: **Como se escreve a história**. Brasília: Editora UNB, 1982.

## ARTIGO 02

# UMA CIÊNCIA MODERNA REATUALIZANDO-SE EM PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Rildo Goulart Peres<sup>1</sup>

Rochele de Quadros Loguercio<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>1,2</sup>

### Resumo

Neste artigo, é proposta uma discussão sobre uma das formas mais estabelecidas de representar a ciência e sua legitimidade, o uso do jaleco branco, e de sua apropriação pelos Multiplicadores Ambientais, mesmo sem possuir orientação nesse sentido, em atividades de Educação Ambiental na CORSAN. Nessa discussão, buscamos articular como a ciência moderna impacta e legitima algumas falas dos funcionários da CORSAN ao utilizar o jaleco branco como forma de dar veracidade aos seus *discursos*. Ademais, identificamos como a fala dos funcionários torna-se a fala da empresa de forma a emergir um *discurso* único a respeito das atividades de Educação Ambiental, mesmo sem um programa institucional que oriente ou capacite os Multiplicadores Ambientais.

**Palavras-Chave:** Ciência Moderna. Educação Ambiental. *Sujeito* Ambiental.

### 1. Da ciência moderna e seus *sujeitos*

Como explicar os fenômenos e fatos que ocorrem na natureza, ou melhor, o que seria a definição de natureza? Essa resposta depende de como nos posicionamos nas diferentes *epistemes* que constituem o conhecimento possível de cada época. Segundo Foucault, os saberes de determinada época podem ser analisados em grupos, cuja principal característica é a formação de uma *rede discursiva* que possibilita o que, e como é possível pensar em cada momento os diferentes aspectos da sociedade; a esse processo chamou, em seus primeiros trabalhos, de *episteme* que

não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade mais soberana de um *sujeito*, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas (FOUCAULT, 2009, p.217).

Na *episteme* renascentista, por exemplo, a *verdade* instituída era de uma natureza compreendida como tempo e espaço da expressão divina, cujos mistérios e segredos deveriam ser apenas contemplados (CHAVES, 2013). Essa *verdade* foi sendo modificada e orientada pelo “método”<sup>25</sup> e pela razão que implicou no reducionismo disciplinar, mas provocou um aprofundamento dos estudos, como por exemplo, do homem e da natureza, inaugurando a filosofia moderna em que se produz uma nova natureza passível de ser compreendida, controlada e manipulada (D’AMBROSIO, 2001).

A ciência moderna foi sendo promovida entre os séculos XIX e XX, de forma que foi construída uma “[...] teoria da passagem do não-científico ao científico, do obscuro ao transparente, da subjetividade individual à objetividade pública” (GIL, 1979, p.161). Na mesma linha, Merton indicava que a ciência se apresenta com um “[...] caráter internacional, impessoal [...] virtualmente anônimo [...]” (1979, p. 43). Por sua vez, Pierre Bourdieu, autor chave para as teorias sócio críticas, contrapõe essa visão positivista e ingênua dos processos científicos afirmando que se “[...] confere à ciência o poder de resolver todas as questões que ela coloca (desde que cientificamente colocadas) e de impor, pela aplicação de critérios objetivos, o consenso sobre suas soluções [...]” (1983, p.122). Nesse movimento, o poder de decidir o que é *verdade* fica atribuído a ciência, bem como o conceito de “[...] monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado” (Ibid., p.143, grifo do autor).

As teorias sócio críticas trouxeram para o campo das análises da educação e da ciência uma “[...] contraposição ao empiricismo e ao pragmatismo vulgar das perspectivas tradicionais [...]” (SILVA, 2015, p.52), e por sua vez, as teorias pós-modernas e pós-estruturalistas, ao quebrarem as relações verticalizadas de poder e ao admiti-lo como produtivo, particularmente no trabalho de Michel Foucault, também mostraram a importância da ciência como lugar legitimado da produção de *verdades* e os perigos presentes em toda e qualquer metanarrativa da verdade.

---

<sup>25</sup> Segundo Bacon “só há e só pode haver duas vias para a investigação e para a descoberta da *verdade*. Uma que consiste no saltar das sensações e das coisas particulares aos axiomas mais gerais e, a seguir, descobrirem-se os axiomas intermediários a partir desses princípios e de sua inamovível *verdade*. [...]. A outra, que recolhe os axiomas dos dados dos sentidos e particulares, ascendendo contínua e gradualmente até alcançar, em último lugar, os princípios de máxima generalidade. Este é o verdadeiro caminho, porém ainda não instaurado (2002, p.15).

Segundo Lyotard (1991, p. vii), a ciência pôde ser chamada de moderna quando recorreu a determinadas narrativas para se legitimar, como a “dialética do espírito, emancipação do *sujeito* razoável ou do trabalhador, crescimento da riqueza e outros”. E a *legitimação pelo saber* é um

processo pelo qual um “legislador” ao tratar do discurso científico é autorizado a prescrever as condições estabelecidas (em geral, condições de consistência interna e de verificação experimental) para que um enunciado faça parte deste discurso e possa ser levado em consideração pela comunidade científica (LYOTARD, 1991, p.13, grifo do autor)

e pela sociedade em geral. Lyotard define a ciência como um subconjunto do conhecimento

[...] feita também de enunciados denotativos, ela imporia duas condições suplementares à sua aceitabilidade: que os objetos aos quais eles se referem sejam acessíveis recursivamente, portanto, nas condições de observação explícitas; que se possa decidir se cada um destes enunciados pertence ou não pertence à linguagem considerada pertinente pelos *experts* (Ibid., p.35, grifo do autor).

Portanto, há na ciência um *sujeito* que se mostra tanto quanto se oculta, o *sujeito* cientista, e ao falar em ciência, se faz necessário falar do cientista, é o cientista que ao elaborar suas teorias constitui e constitui-se colaborando com a imagem da ciência. Ciência que em um determinado momento foi competitiva com a cultura popular, como na era clássica, e mais tarde, se tornou a detentora dos *discursos* verdadeiros, como na era moderna. Esse cientista, hoje, na contemporaneidade é bastante ordinário e cotidiano, mas algumas marcações ainda autorizam a ciência e seus *sujeitos* como único e legítimo para enunciar a verdade do mundo, pois é um saber “[...] positivista, que encontra facilmente sua aplicação às técnicas relativas aos homens e aos materiais e que se presta a tornar-se uma força produtiva indispensável ao sistema” (Ibid., p.24).

Considerando o status dado a ciência e ao cientista, que faz parte do imaginário socialmente construído, nosso artigo analisa as formas com que se apresentam e se narram as ações de uma companhia pública de água do estado do Rio Grande do Sul em suas práticas educacionais. Para tanto, utilizamos os materiais internos de divulgação e centramos a análise na figura do cientista, buscando perceber através dessas imagens como se institui a ciência e o cientista nesse contexto.

## 2. Da metodologia

Ao tomarmos a vertente pós-estruturalista como referencial para uma pesquisa, surgem algumas dificuldades em constituir o objeto de pesquisa, pois é necessário “[...] romper com (ou pelo menos colocá-las em suspenso) representações que muitas vezes habitam nossos próprios modos de pensar e existir acadêmicos” (FISCHER, 2007, p.56).

Um primeiro movimento da pesquisa foi o levantamento de material de divulgação interna, em que é possível de ser encontrado os diferentes *discursos* e normas que definem o *sujeito* Agente de Tratamento de Água e Esgoto (ATAE). Nesse processo, encontramos uma série de publicações que caíram em desuso quando ocorreram as trocas no governo estadual do RS, no entanto, uma permaneceu em atividade, mesmo que tenha diminuído a sua frequência durante esse período. Esse material é de frequência semanal, denominado de Corsan *On Line* (Col) e é distribuído pela lista de *e-mails*. O Col apresenta aos funcionários diversas informações sobre as atividades realizadas para o público interno e externo, divulgação de investimentos em saneamento e introdução de novos procedimentos adotados pela empresa. Nele podemos encontrar alguns dos *discursos* que constituem as falas dos funcionários, e as fotos enviadas por eles como forma de divulgação das suas ações.

No segundo movimento de pesquisa, foram analisadas as imagens em que os funcionários estavam em atividades de Educação Ambiental ou de divulgação da imagem da Companhia, pois são imagens enviadas por eles para o Col. As imagens mostraram uma certa recorrência quando de suas análises, tal recorrência era a presença, em grande parte, de funcionários vestidos com o tradicional jaleco branco, o que nos levou a um terceiro movimento de pesquisa que buscou, através de um contato por *e-mail* com os funcionários, entender o porquê da recorrência de alguns temas e do uso do jaleco branco:

*(P1). Qual é a vestimenta que utiliza nas atividades de Educação Ambiental da CORSAN e por quê?*

*(P2). Quais conteúdos são abordados nas atividades de Educação Ambiental?*

A P2 era uma “despiste”, pois para uso nesse artigo a P1 era mais pertinente ao nosso escopo da pesquisa, por isso que não será analisada. As imagens utilizadas nesse artigo são propositalmente desfocadas e com baixa resolução, pois para análise das mesmas era observado o uso do jaleco branco pelos Multiplicadores Ambientais nas ações de Educação Ambiental e não os alunos participantes.

As coletas dos materiais foram analisadas sob a perspectiva do filósofo francês Michel Foucault, cujas ferramentas permitem trabalhar as práticas discursivas enquanto sistemas analíticos possíveis de produzir leituras sobre os processos constituidores das políticas identitárias dos ATAE.

### **3. Da CORSAN**

A CORSAN é uma autarquia<sup>26</sup> oficializada, em 1966, pelo governo do estado do Rio Grande do Sul atendendo, hoje, mais de 7 milhões de pessoas distribuídas em mais de 300 municípios. A estrutura da empresa é dividida em diretorias e subdividida em superintendências regionais, que atendem vários municípios denominados de Unidades de Saneamento. As Unidades de Saneamento são abastecidas por Estações de Tratamento de Água (ETA) que podem abranger um ou mais municípios conforme a demanda e/ou delimitações geográficas existentes.

O serviço de tratamento de água é executado exclusivamente por um funcionário concursado, no entanto, os requisitos para o cargo de ATAE<sup>27</sup> são a escolaridade de nível médio e a carteira de habilitação, ou seja, o indivíduo é contratado para exercer uma função na área da química (dosagem de produtos químicos para o tratamento de água, análises físico-químicas e controle da qualidade da água potável para a população) sem que seja necessário algum conhecimento prévio sobre a mesma. A explicação mais plausível para a falta de um requisito prévio sobre conhecimentos de química é ainda remanescente da década

---

<sup>26</sup> “[...] serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada” (BRASIL, 1967, art.5º)

<sup>27</sup> Realçamos a importância do serviço prestado por esse funcionário pois, a qualidade da água ingerida por 7 milhões de clientes no estado do Rio Grande do Sul depende diretamente de como ele presta este serviço.

de 60, em que existia uma dificuldade na qualificação da população, emergindo um concurso de nível fundamental e após atualizado para nível médio.

Com a dificuldade em selecionar funcionários com qualificação prévia, a CORSAN criou um setor específico para a capacitação interna dos novos concursados denominada de Superintendência de Tratamento (SUTRA). Esse setor desenvolveu um programa de capacitação para os novos funcionários de forma que fossem qualificados para realizar o processo de tratamento de água potável para a população. Esse programa ministrado pelo corpo técnico da empresa, constituído de engenheiros, biólogos e químicos oriundos de um sistema educacional também da década de 60<sup>28</sup>, é fortemente influenciado pela visão moderna da ciência, isto é, como detentora da verdade, produtora de progresso e impenetrável às questões de nossa subjetividade.

A SUTRA, de forma a orientar os demais funcionários, desenvolveu procedimentos denominados normalizadores/normatizadores. Essas *normas*, podemos dizer junto a teoria foucaultiano, do disciplinamento, agem na docilização dos corpos dos ATAE, orientando, determinando e disciplinando-os para agirem/atuem como técnicos (cientistas) agindo no controle da qualidade da água potável.

Além de estabelecer o padrão a ser seguido e repetido, a SUTRA desenvolveu equipes de fiscalização com o objetivo de reforçar o *controle*, como justificativa de atendimento à legislação sobre a distribuição de água potável, isto é, governa-se os corpos pelo disciplinamento do *sujeito*, de forma a acomodar mecanismos de poder que agem no corpo individual (FOUCAULT, 2000).

O entendimento das *disciplinas* dos corpos e dos *controles* das populações são tomados aqui das ferramentas teóricas produzidas na obra de Michel Foucault, filósofo francês, que na busca de entender o poder e sua relação com os *sujeitos* produziu inúmeras perspectivas de análise. Voltaremos a Foucault mais tarde explicitando melhor esses conceitos/ferramentas.

---

<sup>28</sup> A Reforma Capanema (1942 a 1961) abrangeu o ensino secundário e o técnico-industrial, modificando os ciclos de estudo para quatro anos (ginásial) e três anos (colegial), sendo oferecido duas modalidades o científico e o clássico que permitiria o ingresso em qualquer curso superior (CHRISTOFARO, 1999).



#### 4. Das práticas e das normas: uma não-norma

A pesquisa tem como mote analisar a forma de educar dentro e fora da empresa para um melhor aproveitamento dos recursos hídricos, e, nesse caminho, o que nos interpelou mais fortemente foi uma não-norma que se tornou regra: os modos de vestir dos ATAE.

Há nos *sujeitos* ATAE uma sistemática vestimenta que, ainda que não seja uma norma da empresa, se tornou uma constante em o que poderíamos chamar de *atos discursivos sérios*<sup>29</sup>, o uso do jaleco branco.

Explicando um pouco mais, podemos dizer que dos atos de fala aos modos de vestir, há toda uma discursividade que apresenta a ciência para a sociedade, uma dessas discursividades é o uso do jaleco branco de forma a dar mais veracidade e confiabilidade aos *discursos* científicos.

A vestimenta representa e se apresenta como um traço de um determinado grupo ou casta social de forma a distinguir-se dos demais, ostentando a sua posição. Em algumas culturas, a vestimenta era um objeto de sacralização, símbolo de nobreza, harmonia ou de destaque social. Para o mundo moderno a vestimenta é um símbolo de status, sendo explorado pelos profissionais de marketing ao utilizar a simbologia como potência de uma campanha para um determinado grupo social, ou seja, é uma representação do próprio ser humano pois assim como a língua, os sinais de trânsito, são nada mais do que sistema de códigos que “falam” carregados de ideologias ao mesmo tempo de história. A vestimenta

enquanto sistema de sinal, compõe uma mensagem, uma vez que, no suporte do corpo do usuário, há um recorte da seleção do código (mesmo quando não selecionado para combinar, a displicência informa displicência...). Essa linguagem, portanto, comunica, mas sobretudo informa, enquanto moda, a história da roupa (CHALLHUB, 1987, p.51).

E “[...] as roupas têm vida própria: elas são presenças materiais e, ao mesmo tempo, servem de código para outras presenças materiais e imateriais” (STALLYBRASS, 2008, p.29-30) como se fosse possível “[...] que a história, a memória e o desejo pudessem ser materializados em objetos que fossem tocados e amados e carregados no corpo” (Ibid., p.45).

---

<sup>29</sup> Utilizado por Dreyfus e Rabinow (1995) para diferenciar os enunciados cotidianos comuns com alguma comunicação direta e próxima, dos enunciados especiais que se manifestam por uma incessante “vontade de verdade”.

O simbolismo do *discurso* científico aprisionado no jaleco branco tem como um de seus efeitos o *sujeito* cientista, entendido como um

[...] indivíduo preso a uma identidade que reconhece como sua, assim constituído a partir dos processos de subjetivação. Estes processos, justapostos aos processos de objetivação, explicitam por completo a identidade do indivíduo moderno: objeto dócil-e-útil [...] (FONSECA, 2003, p.26).

E esse objeto dócil-útil é normatizado por *normas* que, segundo Dreyfus e Rabinow são

[...] o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica (1995, p.302).

*Normas* que criam uma *disciplina* que “[...] tentam reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos” (FOUCAULT, 2000, p.289).

No caso do jaleco branco dos ATAE, a *subjetivação* é anterior as normas da empresa, é uma ação sobre o *sujeito* herdada de um *discurso* sobre a ciência, sua assepsia, sua branquitude, sua higiene e, principalmente, sua objetividade. A passagem de uma ciência medieval e renascentista para uma ciência moderna e contemporânea tem, signeamente no jaleco branco, a mudança de uma protociência a uma ciência nova. O disciplinamento dos corpos cientistas nos laboratórios, seguindo regras de segurança, hoje denominadas de Equipamento de Proteção Individual (EPI), expandiu fortemente sua função e passou a identificar o cientista, o técnico, enfim, o que possui conhecimentos, não saber, não informação, mas conhecimento, ou seja uma informação racionalizada e verdadeira.

Os efeitos da *disciplina* podem ser percebidos na sua dispersão, produzindo em diferentes *discursos*, em diferentes profissões e em diferentes *sujeitos* uma forma cientista padrão raramente questionada. A padronização da vestimenta evidencia os *jogos de poder* relacionados no domínio do corpo, ao aceitar a regra como verdade instituída, sem questionar o porquê de segui-la, nos momentos de educar fora ou na empresa “[...] podem constituir-se como recurso estratégico na formação da imagem (corporativa) da empresa, da imagem profissional e da identidade do indivíduo” (MARTINS e MARTINS, 2011, p.101). Para Chevalier e Gheerbrant indicaria “[...] a associação a um grupo, atribuição de uma missão, um

mérito [...]” (1991, p.912). Martins e Martins ainda destacam que uma equipe “[...] bem vestida, além de proporcionar um bom apelo visual, é responsável por transmitir segurança e respeito [...] pois o visual é um dado decisivo para a identificação de uma marca ou empresa” (2011, p.103). Assim o uniforme ou o jaleco branco

[...] pode contribuir para a construção da imagem e da identidade visual favorecendo a construção de significados. Como integração, redução de contaminação, higiene social, praticidade, modernidade, setorização, organização, seriedade, eficiência, competência, produtividade e qualidade (Ibid., p.107)

e uma propaganda indireta da empresa na qual o funcionário faz parte e ajuda nesse processo.

É importante lembrar que os ATAE não são químicos, ou melhor, não necessitam ser químicos, e, nesse sentido, o jaleco branco além de indicar o status de ciência moderna, também, promove a esses *sujeitos* um pertencimento que a princípio não lhes caberia. A vestimenta protege, adverte e constitui um lugar de *verdade*, um lugar para o *sujeito* cientista; os *jogos de verdade* impressos no jaleco branco advertem que há uma forma *sujeito* cientista e, eu, enquanto nessa vestimenta, sou esse *sujeito*.

Para além do *disciplinamento* advindo de *discursos* sobre uma ciência positiva moderna e contemporânea, há, segundo Fonseca, mecanismos de controle pois “a abordagem dos mecanismos disciplinares de vigilância e controle permite a compreensão do processo de constituição do indivíduo moderno como efeito e objeto de poder, e como efeito e objeto de saber” (2003, p.75). De forma a moldar, por exemplo, um tipo de funcionário como se ele fosse um corpo único, ocorrendo assim “[...] uma segunda tomada de poder que, por sua vez não é individualizante, mas é massificante [...] em direção não ao homem-corpo, mas ao homem-espécie” (FOUCAULT, 2000, p.289).

## 5. Das redes dos *sujeitos* ambientais

O *discurso* ambiental em torno de uma natureza naturalizada sem a ação entrópica direta ou indiretamente, torna-se cada vez mais difícil de ser sustentada a partir da “[...] crescente entropia dos processos produtivos, guiados pela razão tecnológica e pela lógica do mercado [...]” (LEFF, 2015, p.146,147), “[...] exigindo uma recomposição holística, sistêmica e interdisciplinar do saber” (Ibid., p.147)

ambiental. Esse saber ambiental faz emergir “[...] as verdades silenciadas, os saberes subjugados, as vozes caladas e o real submetidos ao poder da objetivação cientificista do mundo” (Ibid., p.150). Nesse sentido, o ambiente é o sinalizador dos limites de um sistema produtivo baseado no consumo de recursos naturais, precipitando “[...] a morte entrópica do planeta por sua autocomplacência no progresso e sua embriaguez de crescimento” (Ibid., p.192).

A falência do sistema produtivo, em que a natureza é um “incômodo” para o desenvolvimento de uma cidade, um país e/ou continente, articula os conhecimentos existentes de forma a orientar as pesquisas científicas para aproveitar o potencial ambiental de cada região, se baseando na “[...] articulação de seus sistemas ecológicos, tecnológicos e culturais, para satisfazer as necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida da população” (LEFF, 2015, p.201).

Essa qualidade de vida que é associada a uma natureza da “[...] ordem biológica, essencialmente boa, pacificada, equilibrada, estável em suas interações ecossistêmicas [...]” (CARVALHO, 2012, p.35) culminando na importância da proteção ambiental, que podemos considerar como uma prática discursiva, lembrando que “[...] não é um ato de fala, não é uma ação concreta e individual de pronunciar *discursos*, mas é todo o conjunto de enunciados [...]” (VEIGA-NETO, 2014, p.93) que “[...] formam o substrato inteligível para as ações, graças ao seu duplo caráter de judicativo e veridicativo” (FOUCAULT, 2009, p.56). O *discurso* presente em uma *episteme*<sup>30</sup> que engloba a racionalidade ocidental com uma preocupação com o ambiente, ou melhor, uma racionalidade ambiental, um *desenvolvimento sustentável* que

[...] procura chamar a atenção dos habitantes do planeta para os problemas que afetam a todos, e o conhecimento é apresentado como elemento necessário para adquirir uma compreensão essencial do meio ambiente global das questões que estão a ele interligados e a responsabilidade de cada um diante desses fatos (REIGOTA, 2011, p.89).

Dessa forma, as falas dos ATAE estão imbricadas em uma rede discursiva de proteção ambiental, tanto quanto estavam no imaginário científico, e

[...] não se dão porque a Empresa os subjugue ou os obrigue a assim falar, mas, sim, porque eles assumem o discurso que está nos textos publicitários e nos programas/projetos da Empresa como seus. Até porque, esses

---

<sup>30</sup> Designa um conjunto de condições, de princípios, de enunciados e regras que regem sua distribuição, que funcionam como condições de possibilidade para que algo seja pensado numa determinada época (VEIGA-NETO, 2014, p. 96).

enunciados como, por exemplo, os que afirmam que os cidadãos conscientes devem preocupar-se em proteger o meio ambiente, compõem o discurso ecológico que circula na mídia e na sociedade de modo geral (FERREIRA, 2000, p.88).

Assim pode-se entender que não existe uma relação impositiva da CORSAN sobre os seus funcionários, que se reconhecem como *sujeitos* livres, “[...] sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p.13) mas que esse *sujeito* “livre” não é um autor, mas uma forma em que os ATAE se reconhecem e cabem. Nesse sentido emergiu o *sujeito* Multiplicador Ambiental na CORSAN agindo de forma voluntária em um *discurso* ecológico atravessado pelo *discurso* publicitário e político em parcerias com escolas e prefeituras desenvolvendo atividades

## 6. Das imagens

A análise da proposta pedagógica de uma empresa para as ações de Educação Ambiental pode se fundamentar no uso das imagens como principal instrumento metodológico (REIGOTA, 2011). As imagens poderiam materializar representações sociais “[...] presentes nos meios profissionais, culturais, sociais e acadêmicos solidificando preconceitos e estereótipos [...]” (Ibid., p.97) legitimando ao mesmo tempo posições equivocadas, que ocorrem “[...] principalmente porque essas imagens [...] trazem consigo, de forma explícita ou implícita, o potente capital simbólico das instituições, grupos e pessoas que as produzem e divulgam” (Ibid., p.97).

Na perspectiva crítica de Reigota, podemos perceber a importância dada a representação, no sentido de reapresentar ou tornar presente algo que aí não está, e essa representação é uma forma bastante potente de entender as imagens. No entanto, optamos por um comprometimento com as ferramentas de Foucault e, assim, entendemos as imagens como práticas discursivas, e os *discursos* não representam ou reapresentam, eles criam. É, nesse sentido, que durante o processo interpretativo “[...] as categorias preexistentes precisam ser suspensas. Não devem ser rejeitadas definitivamente [...], mas são sempre o resultado de uma construção

de regras que precisam ser aceitas e sua justificação precisa ser escrutada“ (FOUCAULT, 2009, p.25) de forma que o

dizível e o visível formam os *discursos* que nos interpelam, onde as visibilidades não se confundem com o que nós podemos ver, mas são formas que fulguram dos próprios objetos. Para além do que é visto no ângulo, há os pretos e brancos, os sépias – não há uma imagem pura. Há além disso o olhar do observador atravessado por *discursos* outros que se colocam muito além do que quer a lógica do signo, do significado e do significante e mais ainda, não se podem dizer representativos, pois nada se representa e sim se representa. A cena é criada a cada olhar que lhe repousa (LEITE e LOGUERCIO, 2013, p.139).

Destacamos como Stuart Hall aborda o significado de imagens:

Vale enfatizar que não há uma resposta única nem “correta” para a pergunta “O que significa esta imagem?” ou “O que esta propaganda está dizendo?” Uma vez que não há qualquer norma que garanta que as coisas tenham “um único e verdadeiro sentido” nem que os sentidos não mudem com o passar do tempo, o trabalho nesta área tem a tendência de ser interpretativo – um debate, não entre quem está “certo” e quem está “errado”, mas entre sentidos e interpretações igualmente plausíveis embora por vezes concorrentes e contestadores. A melhor forma de “focar” tais leituras contestadas é reexaminando o exemplo concreto e tentando justificar sua “leitura” em detalhes em relação às práticas e formas reais de significação adotadas, e que sentidos lhe pareçam produtivos (1997, p.9, grifos do autor).

## 7. De perguntas e de imagens: o que vimos

A ciência moderna sendo pródiga em signos não é algo recente pois os homens de saber, no final da Idade Média, de posse dos seus livros eram valorados de forma simbólica e material pois eram “cuidadosamente conservados dentro de um cofre ou armário, os livros proclamavam a ciência de seu proprietário. Frequentemente adquirido junto a livrarias de universidades [...] os livros eram indissoluvelmente ligados aos estudos e aos diplomas” (VERGER, 1999, p.117). Nesse mesmo sentido, uma das características mais comuns das práticas científicas é o uso do jaleco branco, o uso do jaleco proclama ao seu portador a ciência, legitimando a sua fala como cientista da era moderna.

O jaleco branco foi incorporado a empresa CORSAN como um EPI, sendo necessário o seu uso durante as atividades executadas dentro do laboratório de análises da ETA. O seu uso fora desse ambiente não é obrigatório como, por exemplo, ao atender as escolas que solicitam palestras sobre o processo de tratamento de água, no entanto, torna-se uma marca, um signo de um grupo de funcionários da CORSAN, sendo utilizado também em ações políticas e/ou sindicais.

O jaleco branco é uma presença forte nas imagens da empresa, como mostraremos mais tarde, e nos interessou resgatar a fala dos ATAE a respeito do seu uso e de como eles se veem, ou não, no seu uso em atividades não relacionadas com a sua função.

A dificuldade de obter retorno dos entrevistados de questionários é recorrente em pesquisas qualitativas, pois dos quinze selecionados, sete (47%) se propuseram a responder, mesmo assim é um retorno acima do esperado, a taxa de resposta a questionários *on line* é em média 25% (MARCONI e LAKATOS, 2005).

Para não identificar os funcionários foram utilizados os códigos F1, F2, F3, F4, F5, F6 e F7 sem relacionar com as imagens selecionadas os funcionários escolhidos. O uso do jaleco branco, como validação ou legitimidade, tem se destacado em propagandas mas, em ações de Educação Ambiental, pode demonstrar como a normatização e a disciplinarização dociliza o *sujeito*, pois o F2 diz que: *O uniforme da empresa nos identifica e demonstra um grau de organização e comprometimento, por estar conectada com o ambiente.*

O F4 diz que, ao receber as escolas na ETA, *costuma estar de jaleco branco, sapato de segurança e o crachá. Fora da ETA, vou com roupa normal, porém sempre utilizo o crachá.* Podemos perceber na fala do funcionário a preocupação do uso do jaleco na ETA como um EPI, não realizando a associação do jaleco branco como um legitimador da ciência verdadeira, mas como uma proteção. No entanto, ainda que, quando está fora da ETA, se veja como uma pessoa normal, isto é, sem o símbolo do jaleco branco, a atividade executada por ele não seria algo normal ou comum a todos, demonstrando que o seu *discurso* está perpassado por uma vontade de legitimidade e de poder.

O F3 afirma que o uso do jaleco branco é para divulgar *o nome da empresa em um serviço de utilidade pública, fazendo a ligação da CORSAN com a sociedade de uma forma mais positiva* e que aborda assuntos sobre *tratamento de água (todo o processo), limpeza de caixas d'água e análises, assim como sobre poços clandestinos.* Percebe-se que tanto o F2 e o F3 apresentam as suas falas, para os alunos, de forma tradicional de transmissão do conhecimento, isto é, eles detêm o conhecimento enquanto que os alunos apenas serão os receptores (Figura 05).

Figura 05: Visita Orientada a ETA.



Fonte: ASCOM/CORSAN.

A Figura 05 foi escolhida pelo funcionário para ser publicada na Col, ou seja, dentre tantas imagens que talvez tenham sido obtidas no dia da Visita Orientada ele escolheu esta, o que poderíamos atribuir como ele se enxerga ou como ele gostaria de ser enxergado. A *composicionalidade* da imagem, isto é, “o arranjo formal dos elementos de uma fotografia dita o modo pelo qual a imagem é vista por seus públicos” (ROSE, 2001, p.17). No caso dessa imagem, podemos notar que os alunos, mesmo em um local fora da escola, ajustaram as cadeiras em direção ao funcionário da CORSAN, que está em uma postura de interpelação de forma a dirimir dúvidas sobre os assuntos abordados, mostrando a docilização dos corpos que se promove na escola básica, desde há muito tempo e que se mantém mesmo em lugares informais de aprendizagem, como no caso de uma Visita Orientada na ETA da CORSAN, ou de uma palestra em condomínio residencial e/ou empresa.

O funcionário transformou uma parte da ETA em uma sala de aula, isto é, uma aula de ciências em um local diferente e os corpos sujeitados dos alunos são interpelados por esse *discurso* moderno de ajustar as cadeiras para o professor, para o mestre.

Figura 06: Visita Orientada na ETA.



Fonte: ASCOM/CORSAN.



Nas interpretações das imagens podemos visualizar que turmas com adultos (Figura 06), cujo corpo sujeitado pelos *discursos* que os interpelaram durante a sua vida escolar, faz com que organizem no formato de uma sala de aula na ETA. A sensação de ser o pilar do conhecimento a respeito do tratamento de água aparece na fala na publicação no Col, que é enviada por ele, em que diz que *a oportunidade serviu para que passassem a conhecer o processo de tratamento e tirassem suas dúvidas sobre como a água chega às suas casas* (Col, 2016, p.1). O *discurso* mostra as influências da ciência moderna, pois é pressuposto que os alunos “passaram” a conhecer, como se fossem iluminados pela graça divina do conhecimento orquestrado pelo mestre/professor da CORSAN que auxiliou nesse processo. Podemos perceber que a ideia de ciência moderna faz parte de uma *rede discursiva* que legitima ela como a verdade, de forma que a Educação Ambiental surge em decorrência da falência dessa ciência em lidar com a crise ambiental, e o desenvolvimento sustentável e a *transdisciplinaridade* seria a “solução” mais adequada. Assim como o conceito de desenvolvimento sustentável não é nada sustentável, visto que transforma um bem natural de uso de todos em um bem econômico, com valor estabelecido para ser reparado sob uma lógica moderna de organização e pureza.

O F6 cita que sempre usa o uniforme (jaleco branco) está *em horário de serviço a pedido da CORSAN* o que pode indicar uma preocupação dela com a imagem da empresa e agir de forma profissional como ATAE, mas o que se destaca na fala dela é o uso de brincadeiras *para alunos de educação infantil*. Como já citado anteriormente, a CORSAN não possui Programa de Educação Ambiental que oriente ou capacite os funcionários para atuarem como Multiplicadores Ambientais, isto é, o preparo da aula ou das técnicas de abordagem das turmas de educação infantil ou mais velhos, ocorre em períodos que não está trabalhando, ou seja, de forma voluntária e opcional. Por mais que ela queira transmitir como sendo uma atividade institucional são de fato iniciativas pessoais de funcionários com uma preocupação ambiental. Já o F7 se define como sendo Multiplicador Ambiental e realiza várias palestras em nome da CORSAN e utilizando a vestimenta conforme o público, sendo que usa o jaleco branco nas Visitas Orientadas na ETA, e novamente encontramos a fala de uso de roupa “normal” em ambientes externos a CORSAN.

Os *discursos* dos funcionários mostram-se similares, mesmo que se situem em cidades distantes uma das outras e de nunca terem conversado sobre o assunto.

O *discurso* publicitário se confunde com o *discurso* ecológico e com o econômico, pois não é possível identificar como é organizada essa fala, de tal forma que se torna um *discurso* único. E o uso do jaleco branco pode ser considerado como uma marca desse grupo de funcionários denominados de ATAE, que quando atuam em palestras se apresentam como Multiplicador Ambiental da CORSAN de forma mais orgulhosa do que o próprio cargo.

Figura 07: Imagens de atividades de Educação Ambiental.



Fonte: Col/ASCOM.

Na Figura 07 foi realizado um mosaico das fotos dos Multiplicadores Ambientais em diversos momentos e lugares, apresentando os processos de tratamento de água para a população, assim como para a comunidade escolar. O uso do jaleco mesmo em um lugar, como por exemplo, a sede administrativa da CORSAN no município não impede ou retira o poder legitimador do uso do jaleco branco, pois os *sujeitos* se apresentam como Multiplicadores Ambientais detentores da *verdade* para a disseminação do conhecimento para os demais.

Figura 08: Visita Orientada na ETA.



Fonte: ASCOM/CORSAN.

Como vimos, todas as imagens apresentam uma mesma estrutura, mesmo sendo produzidas em cidades e regiões diferentes do estado. O jaleco branco está presente em todas as imagens e os funcionários não parecem perceber o quanto se utilizam dele para colocar-se no lugar da ciência, e, portanto como legítimos representantes do conhecimento, a figura da empresa é a justificativa, mas a ciência é a autoridade.

## 8. Considerações Finais

O levantamento dos dados nos mostrou que o uso do jaleco branco mostra-se como um signo do *poder* da ciência, não necessariamente consciente para os funcionários da CORSAN, pois não aparece na fala deles, mas como Michel Foucault nos provoca, as imagens, o corpo e a estrutura física podem nos informar sobre o *discurso* que está posto, e o uso do jaleco branco para além da norma, a escolha das imagens e o posicionamento dos *sujeitos* marcam um *discurso* cientificizado, que se legitima pelas diversas formas de se apresentar. Não somente o dito, mas o interdito; o que não se fala, mas que emerge a partir de uma rede discursiva podendo ser a partir de uma Norma ou Não-Norma.

O *discurso* dos funcionários que encontra ressonância em outras instâncias de hierarquias, emergindo uma validação da fala que se utiliza da ciência moderna, personificada no uso do jaleco branco, é marcada pelos efeitos da reverberação desse signo nas atividades de Educação Ambiental. Essas ações desenvolvidas por funcionários cujo tempo de permanência na empresa é variado, com baixo *turn-over*<sup>31</sup>, de forma voluntária, não institucionalizada e sem um programa de Educação Ambiental nos mostra a potência de uma episteme que ainda reverbera nos *discursos* atuais, mesmo que tenham sido produzidas tentativas de desvinculação dessa ciência positivista.

Ou seja, a Educação Ambiental desenvolvida pela CORSAN parece que atende aos três eixos da *governamentalidade*: agindo sobre a população instaurando “[...] uma forma de conduta que possibilita as pessoas participarem do processo de salvação do planeta [...]” (BARCHI, 2016, p.647); atendendo a *economia política* pois se “[...] aproxima muito mais da ideia de adequação das

---

<sup>31</sup> Alta rotatividade do corpo funcional de uma empresa.

perspectivas ecológicas às governabilidades liberais” (Ibid., p.647); a legitimação e a normalização da Educação Ambiental serve “[...] aos anseios da segurança, pois ela pode ser responsável tanto pela docilização dos indivíduos alvo dessa educação, quanto pela criação de um inimigo em comum, capaz de unificar os interesses coletivos no combate ao monstro ecológico” (Ibid., p.647). Os funcionários por serem *sujeitos* já docilizados, antes de serem denominados como Multiplicadores Ambientais, são conscientes das práticas consideradas “adequadas” para a preservação ambiental, e que legitimados pelos professores de escolas, que buscam maiores esclarecimentos sobre esses assuntos, visam transformar os hábitos de outros reforçando a norma de forma *disciplinar* para que ocorra uma ou mais ações de mudança de comportamento (FERREIRA, 2001). Segundo Ferreira “[...] eles podem ser elementos dos *discursos* que constituem as ações educativas de determinada empresa, desde que o que está sendo dito seja reconhecido como *verdadeiro*” (2001).

## 9. Referências

BACON, Francis. **Novum Organum**. Ebook: O Dialético, 2002.

BARCHI, Rodrigo. **Educação ambiental e (eco)governamentalidade**. Ciência e Educação (Bauru), vol.22, n.3, Bauru, jul. / set., 2016.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Bourdieu – Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. São Paulo: Ática, 1983, p.122-155.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 200 de 25 de fevereiro de 1967**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2017.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação: a formação do sujeito ecológico**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2012, 256 p.

CHALLUB, Samira. **Funções da linguagem**. São Paulo: Ática, 1987.

CHAVES, Sílvia Nogueira. **Reencantar a ciência, reinventar a docência**. São Paulo: Livraria da Física, 2013.

CHEVALIER, Jean; GEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. 5ª ed. Lisboa, Assírio e Alvim, 1991, 88p.

CHRISTOFARO, Maria Auxiliadora. **A organização do sistema educacional brasileiro e a formação na área de saúde**. Disponível em: <<http://lfc->

[ead.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/A%20organiza%E7%E3o%20do%20sistema%20educacional%20brasileiro%20e%20a%20forma%E7%E3o%20na%20%E1rea%20da%20sa%FAde.pdf](http://ead.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/A%20organiza%E7%E3o%20do%20sistema%20educacional%20brasileiro%20e%20a%20forma%E7%E3o%20na%20%E1rea%20da%20sa%FAde.pdf)>. Acesso em: 03 ago. 2017.

COL. **CORSAN ON LINE**. Informativo semanal. Disponível em: *Intranet* da CORSAN, 2016. Acesso em 10 abr. 2017.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Modernidade, Pós-modernidade e educação. In a: MARQUES, Mario Osorio; GAUTHIER, Clermont; MARTINEAU, Stéphane; SILVA, Ilton Benoni da; D'AMBROSIO, Ubiratan; GARCIA, Carlos Marcelo; MORAES, Maria Cecília Marcondes de. **Educação nas Ciências**: Revista do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências. Ano I, n.1, jan./jun. 2001, 103-116p.

DREYFUS, Hubert Lederer; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica. São Paulo: Forense Universitária, 1995.

FERREIRA, Maira. **O cotidiano, o meio ambiente e o nacionalismo constituindo as ações educativas de uma empresa estatal**. 2000. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

\_\_\_\_\_. **Indústria e Educação em Ciências**: Como se constrói esta relação?

Disponível em:

<[http://abrapecnet.org.br/atas\\_enpec/iiienpec/Atas%20em%20html/o70.htm#o70](http://abrapecnet.org.br/atas_enpec/iiienpec/Atas%20em%20html/o70.htm#o70)> .

Acesso em 10 abr. 2017. Enpec 2001, Atas do III ENPEC 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. In: COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos Investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Trad. de Maria E. Galvão. SP: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GIL, Fernando. O plano da ciência. In: DEUS, Jorge Dias de (Org.). **A crítica da ciência**: sociologia e ideologia da ciência. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

HALL, Stuart. Introduction. In: HALL, Stuart (ed.). **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Sage, 1-12, 1997.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

LEITE, Maria Cecília Lorea; LOGUERCIO, Rochele de Quadros. Políticas Curriculares e Imagens. In: TURA, Maria de Lourdes Rangel; GARCIA, Maria Manuela Alves (Org.). **Currículo, Políticas e Ação Docente**. 1ª ed. Rio de Janeiro,

2013, v.1, p.137-157.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. 3ª ed. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olimpo. 1991.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Eliecília de Fátima; MARTINS, Cecília Jerônima. **O uniforme enquanto objeto sógnico na área da saúde**. Verso e Reverso, vol. XXV, n. 59, maio – ago., 2011.

MERTON, Robert King. Os imperativos da Ciência. In: DEUS, Jorge Dias de (Org.). **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

REIGOTA, Marcos. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna**. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.

ROSE, Gillian. **Visual methodologies: An Introduction to the interpretation of visual materials**. London: SAGE Publications, 2001 (tradução de Rosa Fischer).

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2015.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx: roupas, memória, dor**. Tradução: Tomaz Tadeu. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. Tradução Carlota Boto. Bauru: EDUSC, 1999.

## ARTIGO 03<sup>32</sup>

# ANÁLISE DO *DISCURSO* DA OFICINA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL DA CORSAN

Rildo Goulart Peres<sup>1</sup>

Rochele de Quadros Loguercio<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>1,2</sup>

### Resumo

No presente artigo invadimos as oficinas e trazemos uma análise do *discurso* de uma oficina de Educação Ambiental utilizada na cidade de Canoas/RS para moradores contemplados com o Programa Minha Casa Minha Vida, que aborda “dicas” de como consumir a água e evitar o seu desperdício. Nessa análise, aparecem questões a respeito do que o Multiplicador Ambiental traz como *verdade* sobre a empresa e o consumo de água, e de como não aborda outros assuntos: seus ditos e os interditos numa relação direta com esses consumidores especiais.

**Palavras chave:** *Sujeito*. Educação Ambiental. Multiplicador Ambiental. *Discurso*.

### 1. Introdução

A CORSAN, presente em mais de 300 municípios no estado do Rio Grande do Sul (RS), atua nos segmentos de tratamento de água e de esgoto e realiza, ainda, ações de Educação Ambiental na comunidade na qual está inserida, pelos funcionários denominados de Multiplicadores Ambientais (MA).

As ações educacionais sobre o ambiente, como bem sabemos, demandam um conhecimento amplo, a literatura é vasta e inclui diferentes perspectivas sobre danos ambientais, preservação e ações socioambientais. No entanto, a CORSAN não possui um programa de Educação Ambiental institucionalizado que oriente, capacite ou defina qual perspectiva teórica escolhida pode embasar as ações e/ou intervenções realizadas nas escolas ou em visitas nas Estações de Tratamento de Água (ETA). O despreparo indica que a empresa tem um entendimento de senso comum sobre as questões ambientais e, por isso, não nos estranha que, ainda que não se possa encontrar um documento que identifique uma política ambiental

---

<sup>32</sup> Trabalho submetido e aceito no XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC, 2017).

padrão da empresa, existe um *discurso* similar entre todos os funcionários nas cidades em que a CORSAN celebrou um Contrato de Programa ou de Concessão e “[...] essa não é uma fala particular dos técnicos, é o *discurso* da própria empresa: eles falam por ela” (FERREIRA, 2000, p.305).

Nesse artigo, realiza-se uma análise do posicionamento dos *sujeitos* que ministraram as oficinas de Educação Ambiental como ferramenta de inclusão social. A escolha de abordar o indivíduo, enquanto *sujeito* dessas e nessas oficinas, se deve a entendê-lo como um lugar no *discurso* publicitário e ecológico e ao mesmo tempo como materialidade de inscrição dos acontecimentos históricos, no sentido dado por Foucault que define *sujeito* como um corpo, uma

[...] superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marcam e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supões a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo (FOUCAULT, 2002 p.22),

*sujeito* esse que é denominado Multiplicador Ambiental.

## **2. Ferramentas conceituais base para entender o papel de um MA como produtor de *verdade***

O Multiplicador Ambiental é um funcionário concursado da CORSAN cuja história se desenvolveu a partir do trabalho dos responsáveis pelas Estações de Tratamento de Água ao receber as escolas para a Visita Orientada. Em 2001 com o Programa de Educação Ambiental, todo funcionário que tivesse interesse em participar de ações de Educação Ambiental era denominado de Facilitador Ambiental. Anos mais tarde, com as rupturas dos governos estaduais, se afirmou a denominação de Multiplicador Ambiental “para promover a consciência ambiental junto aos usuários [...] que realizam ações preventivas através de palestras em escolas, visitas orientadas às estações de tratamento, teatro e campanha de ligação nas novas redes de água e esgoto [...]” (CORSAN, 2012), pois “nestas atividades, a companhia busca chamar a atenção de adultos e crianças para a importância do compromisso diário de cada um com o uso responsável dos recursos naturais” (Ibid.).



Ao colocar o *sujeito* no centro da análise dos *discursos* publicitários e ecológicos correntes nas oficinas, não se pode prescindir de uma análise dos efeitos de tais *discursos* na produção desses *sujeitos* e, portanto, nos *sujeitos* de determinadas relações de poder, como por exemplo,

[...] estudar os procedimentos e as técnicas utilizados nos diferentes contextos institucionais, para atuar sobre o comportamento dos indivíduos tomados isoladamente ou em grupo, para formar, dirigir, modificar sua maneira de se conduzir, para impor finalidades à sua inação ou inscrevê-la nas estratégias de conjunto, conseqüentemente múltiplas em sua forma e em seu local de atuação (Id., 2010, p.238).

Esses dois conceitos presentes na metodologia de análise foucaultiana – *sujeito* e poder – são melhores entendidos quando mobilizamos o conceito de *verdade* em Foucault. A tríade *sujeito/poder/verdade* constitui uma ferramenta poderosa de análise, pois o jogo constitutivo dos lugares de poder que definem os modos de saber não está isolado das produções de *verdade*. Para Foucault, *verdade* é “[...] o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder [...]” (Id., 2002, p.13).

A *verdade* se constitui como a ordem do *discurso* estabelecendo o que pode ser dito ou interditado e até silenciado (VEIGA-NETO, 2014), mas os *discursos* não são falsos e nem *verdadeiros*, pois não descobrem *verdades* universais já que elas são regionais e são tomadas em um dado tempo e espaço em um regime de *verdade*. E os regimes de *verdade* produzidos pelo saber como construção histórica ativam o poder que se capilariza atuando no que temos de mais material e concreto, como o corpo que se submete e o toma como natural ou necessário, ou seja, o saber e o poder se articulam nos regimes de *verdade* instituídos.

### **3. Os entendimentos de Educação Ambiental e os MA**

A análise e a compreensão em relação aos *discursos*, aos ditos e também aos não ditos dos MA nas oficinas de inclusão social da CORSAN, oferecidas em parceria com a Prefeitura Municipal de Canoas (PMC), é ponto fundamental para entender as estratégias de comunicação em relação à Educação Ambiental abordadas pela empresa. Da mesma forma, a noção de que há uma *verdade* ambiental a ser compartilhada, mesmo que seja essa de um *discurso* de senso comum, pode nos levar a entender melhor o MA.

Ferreira (2000, p.81) aborda a Educação Ambiental como não preocupada somente com a continuidade da vida, mas “vinculada a estratégias políticas e econômicas de desenvolvimento das nações” no qual as empresas precisariam estar “constantemente realizando ações voltadas para a manutenção do equilíbrio ecológico como estratégia de subsistência” (Ibid., p.81), pois estariam sujeitas a prejuízos políticos e econômicos assim como penalizações legais, por não cumprirem as legislações pertinentes aos seus processos.

Carvalho descreve essas ações de Educação Ambiental como sendo comunitária ou popular extrapolando a educação formal envolvendo a comunidade de modo geral como “[...] uma intervenção ligada a identificação de problemas e conflitos concernentes as relações dessas populações com seu entorno ambiental, seja ele rural ou urbano” (2012, p.159).

Já Mézaros entende que é “[...] necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (2005, p. 27, grifo do autor), pois a educação é normativa, quando deveria ser mais dinâmica para atuar de forma engajada, fomentando as redes e a interdisciplinaridade.

Diante de tais entendimentos, a oficina extrapola seu espaço pedagógico e se constitui como uma estratégia de conformação de um determinado *sujeito*, que vá ao encontro do que é desejável nessa sociedade de governo. Os MA corroboram com os jogos de *verdade* ao definir o que seria verdadeiro ou falso, ou melhor, o que seria correto ou inadequado no que se refere as condutas de um *sujeito* ecológico, consciente da sua responsabilidade, ou um “uso racional” da água potável. Mas quem define o que seria um “uso racional” da água potável? E, essa definição vale para todo e qualquer público/usuário?

A norma, a *disciplina* que “[...] tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos” (FOUCAULT, 2016, p.292) atuando como uma estratégia que para Foucault “incide sobre o engendramento deste produto, a fim de garantir que o resultado esteja sintonizado com seus objetivos” (FONSECA, 2003, p.53). Foucault escreve ainda, que “todas estratégias disciplinares têm um único objeto de aplicação: o corpo vivo do indivíduo. As *disciplinas* realizam uma anátomo-política do corpo humano (Ibid., p.85).

O posicionamento dos *sujeitos* demanda uma série de estímulos tanto discursivos como não discursivos. Para que se consiga assujeitar tais *sujeitos* não se pode ter uma estratégia didática voltada para a uso de palestras que privilegiam a transmissão de um saber. É necessário que o *discurso*, em concordância com outros tantos *discursos*, seja capaz de interpelar seus *sujeitos* e a experiência é uma parte importante.

O sentido da experiência é exatamente ao que Foucault se refere quando analisa os diferentes modos de sujeição/subjetivação que marcam os corpos, a experiência é algo que nos afeta, vivê-la sob outras possibilidades é agir na constituição de si. O que nos leva a uma correlação entre campos de saber, formas de subjetividade e tipos de normatividade em uma cultura (FOUCAULT, 1998) pois o cuidado de si “[...] abrange inúmeras práticas, experiências modificadoras da existência do indivíduo, cuja finalidade é transformar o ser mesmo do *sujeito*, para ter acesso à *verdade* e estabelecer para si um modo de vida ético, belo, brilhante e heroico” (PORTOCARRERO, 2008, p.420).

Um das dificuldades de trabalhar com Educação Ambiental com *sujeitos* já constituídos como indivíduos, mas não incluídos no sistema, isto é agem a margem das Políticas Públicas<sup>33</sup>, é repensar o olhar a respeito da natureza longe da perspectiva de uma ciência pura e imparcial que pode estar influenciando a nossa sociedade nas últimas décadas, pois “a cisão cartesiana entre natureza e cultura é a base da educação moderna e constitui-se como dos principais entraves para a promoção de uma Educação Ambiental realmente profícua” (GRUN, 2006, p.55) Esse olhar “naturalizado da natureza” em que

tende a ver a natureza como o mundo da ordem biológica, essencialmente boa, pacificada, equilibrada, estável em suas interações ecossistêmicas, o qual segue vivendo como autônomo e independente da interação com o mundo cultural humano” (CARVALHO, 2012, p.35)

decorre da percepção da natureza como um fenômeno biológico e independente do ser humano, e que qualquer contato acaba por contaminar este lugar de pureza.

Assim, quais seriam as expectativas e os valores sócio históricos contidos neste olhar naturalizado da natureza para estes *sujeitos* participantes da oficina?

---

<sup>33</sup> Os indivíduos aqui relatados são provenientes das áreas a beira do rio e que foram retirados em virtude das obras da rodovia BR448. Esses indivíduos não utilizavam o vaso sanitário, pois realizam as suas necessidades no próprio rio ao adentrarem com água na altura do abdômen.

Poderíamos entender a ciência e a tecnologia dentro dos contextos sociais sem negar o saber científico em que

[...] em nome da objetividade e da busca de um conhecimento que pudesse ser traduzido em leis gerais, a racionalidade moderna acabou expulsando a complexidade. Afirmou-se uma visão dualista e mecânica do mundo e da natureza [...]. No método científico, a separação entre o *sujeito* e o objeto desdobrou-se em outras polaridades excludentes com as quais aprendemos a pensar o mundo: natureza/cultura, corpo/mente, *sujeito/objeto*, razão/emoção (CARVALHO, 2012, p.116).

Ou seja, para formular uma “Educação Ambiental Crítica há um *discurso* de rupturas com paradigmas científicos modernos” (SILVA, 2014, p.88), como por exemplo uma Educação Ambiental transdisciplinar na educação formal do aluno como uma estratégia de assujeitamento/subjetivação. Veiga-Neto (1996) define transdisciplinar como o quarto e último nível na questão *disciplinar* em que ocorreria uma fusão disciplinar sem identificar os limites entre as antigas disciplinas. Veiga-Neto (1996) aborda ainda o fracasso deste movimento em virtude da formação disciplinar dos professores profundamente enraizada na forma de pensar pela qual o mundo contemporâneo foi organizado, bem como as relações de poder-saber implicadas com um saber disciplinar.

A Educação Ambiental, partindo dessa discussão proposta por Veiga-Neto (1996), estaria no nível multidisciplinar em que as disciplinas abordam esta temática de forma compartimentada, sem troca de informações, no entanto, em alguns casos ocorre um segundo nível chamado de pluridisciplinaridade com uma interação entre as matérias/disciplinas. Em alguns projetos de Educação Ambiental ocorre o terceiro nível definido como interdisciplinar, um novo nível de conhecimento construído na reciprocidade, mutualidade ou de copropriedade estabelecendo um diálogo entre os interessados (Ibid.).

Assim se supõe que, ao compreender os problemas e conflitos ambientais existentes na relação do ser humano e ambiente de forma pós-crítica por uma Educação Ambiental interdisciplinar, pode-se contribuir para identificar os efeitos de uma possível “[...] mudança de valores e atitudes formando um sujeito *ecológico* capaz de identificar e problematizar as questões socioambientais e agir sobre elas” (CARVALHO, 2012, p.158-159).

A CORSAN e suas oficinas carregam consigo alguns *discursos* sobre como

estar no mundo e ser no mundo em relação aos *sujeitos* moradores do Programa Minha Casa, Minha Vida<sup>34</sup> (PMCMV), e é muito importante que os identifiquemos.

As oficinas de Educação Ambiental se articulam com *discursos* publicitários, de marketing e financeiros, mas com uma característica de *verdade (vontade de verdade)* produzida na Educação Ambiental e se apoiando em diferentes *discursos* ambientais e educacionais que conformam um lugar para o *sujeito* MA. Constituídos nas redes de saber/poder da CORSAN, nos vazios dos *discursos* interdisciplinares de sua formação disciplinar e em suas vivências cotidianas, o *sujeito* MA multiplica conceitos nas ações ambientais propostas de forma interdisciplinar como uma experiência no intuito de assujeitar o indivíduo para os cuidados de si.

Nesse artigo, que compõe uma pesquisa sobre compreender o papel do Multiplicador Ambiental nas atividades de Educação Ambiental da CORSAN, analisamos o encontro entre os MA e a comunidade, nesse caso uma comunidade bastante *sui gênero*.

#### **4. As oficinas de Educação Ambiental, a Comunidade e os movimentos da pesquisa**

As oficinas de Educação Ambiental oriundas da parceria da CORSAN e PMC são construídas de forma reativa conforme a demanda solicitada por escolas, instituições e prefeituras, cujos oficinheiros são chamados de MA na CORSAN. Existe uma orientação na *intranet/CORSAN* (CORSAN, 2016) de como encaminhar as solicitações para o seu atendimento, mas não qual metodologia e abordagem conceitual que deveriam ser utilizadas.

As oficinas de Educação Ambiental analisadas foram realizadas no primeiro semestre de 2016 em três condomínios pertencentes ao PMCMV do Governo Federal para a faixa 1, que se refere aos moradores de baixa renda que recebem o auxílio Bolsa Família<sup>35</sup>. As oficinas contaram com a presença de dois funcionários<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> É uma iniciativa do Governo Federal que oferece condições atrativas para o financiamento nas áreas urbanas para famílias de baixa renda. Em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos, o programa vem mudando a vida de milhares de famílias brasileiras” (CAIXA, 2017b).

<sup>35</sup> “É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza” (CAIXA, 2017a).

da CORSAN sendo auxiliados por funcionários da PMC, atendendo 350 moradores na primeira oficina, 52 moradores na segunda oficina e 10 na terceira oficina.

A divulgação para a participação das oficinas é realizada pela PMC como requisito para os moradores contemplados receberem a posse do imóvel. As oficinas da CORSAN foram realizadas em dois momentos: no primeiro, o funcionário abordou questões de preservação ambiental e cuidados com a água, além de focar a problemática dos resíduos sólidos e poluição na cidade. No segundo momento, uma funcionária da empresa apresentou a estrutura tarifária utilizada, como forma de orientar sobre o desperdício no consumo de água e as suas consequências para o orçamento familiar.

Os objetos de análise utilizados nesse texto e considerados como o *corpus* de pesquisa foram as apresentações dos funcionários da CORSAN, o material utilizado como apoio para divulgação e informação aos participantes das oficinas. Foi utilizado como referencial teórico de análise as ferramentas analíticas do filósofo francês Michel Foucault para análise dos *discursos* de conformação dos *sujeitos*.

## **5. Análises possíveis dos movimentos de Educação Ambiental em uma comunidade específica**

Um dos questionamentos mais contundentes de nossa pesquisa foi sobre a preparação das oficinas e do material utilizado pelos MA, porém como vimos no Artigo 1 dessa dissertação<sup>37</sup>, os funcionários não possuem curso técnico ou superior de química ou ciências afins, e tampouco a empresa possui uma diretriz sobre Educação Ambiental, portanto é bastante importante compreender como são capacitados estes funcionários que multiplicam saberes ambientais em nome da empresa CORSAN.

Assim, sob a perspectiva de Foucault, foi necessário limpar os estratos do campo de análise de forma a fazer um exercício de genealogia do nascimento deste MA na CORSAN e de como são operacionalizados pela empresa as ações de Educação Ambiental. O que nos fez buscar as legislações e documentos/normas da CORSAN sobre Educação Ambiental e de como pode ter influenciado as ações de

---

<sup>36</sup> o funcionário que abordou questões ambientais era identificado como Multiplicador Ambiental, enquanto que o outro era um funcionário da área comercial.

<sup>37</sup> Uma ciência moderna reatualizando-se em Práticas de Educação Ambiental, p.42-61.

Educação Ambiental executadas pela empresa.

O MA é o termo referente ao funcionário concursado em qualquer cargo da empresa cujo pré-requisito é a disponibilidade em atender as demandas da comunidade local: palestras com temática água e/ou ambiente. Esta denominação não consta no Plano de Cargos e Carreira (CORSAN, 2001) e foi criado e redefinido ao longo da história da empresa pois “as ações de cunho educativo sempre foram executadas na CORSAN, porém, na estrutura organizacional este aspecto foi tratado de diferentes formas ao longo do tempo” (Id., 2015, p.1).

No período entre 1967 e 2001 os responsáveis pelas ETA eram funcionários capacitados internamente para multiplicar o conhecimento adquirido (regime de *verdade* instituído) para os novos funcionários e fomentar parcerias para realizar visitas na empresa, orientados pela SUTRA (setor interno da empresa responsável pela qualidade da água tratada). Essa “*verdade*” na CORSAN tem como característica a centralização em um *discurso* científico vinculado a incitação econômica e política, sendo objeto de intensa difusão entre todos os departamentos produzida e transmitida sob controle dos técnicos da Companhia, assim como objeto de debate político conforme é definido por Foucault em “economia política” (FOUCAULT, 2002).

Essa capacitação organizada e ministrada pelo corpo técnico da empresa constituído por engenheiros (civis, químicos, eletromecânicos), químicos (bacharéis e industriais) e biólogos (bacharéis) com uma carga horária de 350 horas realizadas em um local fora da empresa, quase como se fosse um “retiro”<sup>38</sup>, preparava os funcionários para atuarem como responsáveis pelas ETA nas cidades para quais foram designados.

Uma forma interessante de olhar para as visitas nas ETA é percebê-las em seu combate “pela verdade”, pois se apresentava um “conjunto de regras distinguindo o verdadeiro do falso e atribuindo ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2002, p.13), e consistia de caminhadas orientadas apresentando o processo de tratamento e a importância na saúde da população em consumir a água produzida no local. Fazendo uso do *discurso* científico, os técnicos da CORSAN destacavam os benefícios de consumirem uma água tratada e não uma

---

<sup>38</sup> O curso era realizado em uma escola que incluía alojamento e alimentação com aulas que iniciavam as oito horas da manhã e se estendiam até as dezenove horas por um período que variava de 30 a 60 dias.

fonte alternativa (poços artesianos, por exemplo). Uma clara formação de acordo com os interesses da empresa em nome da saúde da população, pois nessa caminhada não se problematiza a empresa e suas ações no ambiente, mas somente suas bem feitorias científicas nas águas “naturalmente” próprias para consumo humano.

Essa situação permaneceu até fim do governo de Antonio Brito<sup>39</sup> em 1998, pois era um momento de privatizações de outras empresas públicas como, por exemplo, a Companhia Riograndense de Telecomunicações e da Companhia Estadual de Energia Elétrica fomentando mudanças na gestão da CORSAN, pois foi privada de acesso a financiamentos do governo federal pelo sistema Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) decorrente das Políticas Públicas de Fernando Henrique Cardoso (Tabela 1) baseado em uma economia neoliberal cuja concepção

busca estender a racionalidade do mercado, os esquemas de análise que ela propõe e os critérios de decisão que sugere a domínios não exclusivamente ou não prioritariamente econômicos. No caso, a família e a natalidade ou a delinquência e a política penal (FOUCAULT, 1997, p.96).

Tabela 1 – Investimentos do FGTS em saneamento básico.

ANO	Valor Anual estimado (R\$)
1996	1.005.400.851,00
1997	1.353.986.000,00
1998	217.297.000,00

Fonte: (SOUSA, 2016).

No caso do RS a racionalidade do mercado foi condicionada a perda do controle acionário das companhias estatais (Ibid.) e associado a uma norma interna da CORSAN (residências com quatro pontos de água e de até 60m<sup>2</sup> de área construída estavam isentas do pagamento do consumo de água, independente da quantidade expedida) ainda no governo de Alceu Collares<sup>40</sup>, a empresa estava em um processo de sucateamento e diminuição da sua imagem frente a sociedade.

O domínio sobre a família apoiado pelas Políticas Públicas exercidas no Governo de Antonio Brito implementando um programa de esgotamento sanitário

<sup>39</sup> Governador do RS (1995-1998).

<sup>40</sup> Governador do RS (1991-1994).



que consistia de um banheiro-patente<sup>41</sup> instalado a dois metros de um poço cavado com água imprópria para consumo, provocando problemas de saúde nos moradores que foi constatado em 1999, primeiro ano do mandato de Olívio Dutra<sup>42</sup>. Os problemas de saúde constatados, nessa obra, para a população “beneficiada” e alardeados nos meios de comunicação da época, provocaram a contratação de uma pedagoga com expertise em ações socioambientais que prestava serviço no Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre. Para resolver este problema foram realizadas parcerias entre a Prefeitura, CORSAN e os moradores para implantar rede coletora de esgoto e de água potável. Esta parceria inovadora colocando compromissos para as partes envolvidas foi uma das singularidades que contribuíram para a criação do Programa de Educação Ambiental que durou de 2001 a 2003.

Após o término do contrato com a pedagoga e do Programa de Educação Ambiental a falta de preparação contínua para a constituição de um corpo de MA, cuja discussão ambiental fosse bastante fundamentada em estudos didáticos e técnicos sobre Educação Ambiental e ambiente, indicam que esse assunto já estava resolvido e é de senso “técnico” comum, ignorando-se assim que os *discursos* sobre ambiente não são únicos, eternos e, definitivamente, não são tranquilos.

### 5.1. Os materiais dos oficinairos

Os materiais utilizados pelos MA são divididos em uma apresentação no formato em *data show* constituídos de 32 *slides* e um vídeo. Dos 32 *slides*, 15 são oriundos de materiais produzidos em outras campanhas da empresa e adaptadas para a oficina e os demais são materiais produzidos pelos MA a partir de imagens obtidas de sítios da *internet* sendo legitimados pela empresa como *discurso* ecológico imbricado com o *discurso* científico para os participantes.

Os *slides* são constituídos de imagens e informações sobre o processo de tratamento de água, dicas sobre como economizar água, impactos de produtos lançados nas redes de esgoto das residências, destinação e separação do lixo e os

---

<sup>41</sup> Uma peça construída no pátio do morador que funcionava como vaso sanitário, em que as fezes e urinas eram depositadas em um buraco escavado no solo e a cada uso era adicionado um material para retirar a umidade, como por exemplo serragem, cal hidratada ou cinzas.

<sup>42</sup> Governador do RS (1999-2003).

impactos causados pelos rios contaminados por redes de esgotos cloacais clandestinas.

O vídeo utilizado mostra uma ETA e os processos de tratamento utilizando um *discurso* científico concomitantemente a prático-expositiva, em que realiza o tratamento de água com uma amostra do manancial de superfície utilizado pela CORSAN para captação. O MA realiza um processo de discussão científica solicitando hipóteses sobre o estado do manancial e quem seria o "culpado" pela falta de qualidade do mesmo.

É interessante perceber em algumas imagens selecionadas das oficinas que há um *discurso* de culpabilização dos usuários. É importante lembrar que essas oficinas foram direcionadas para um determinado público que pode nunca ter tido acesso a água potável e esgoto tratado, e que muito provavelmente não tem acesso a conhecimentos estabelecidos sobre a poluição de grandes empresas e de corporações e indústrias extremamente poluidoras, nesse sentido a Figura 09 é o *slide* número 8, nos atinge particularmente pois o MA apresenta dados referente ao consumo de água pelo brasileiro, e na sua fala, demonstra preocupação com o desperdício de água e o impacto financeiro para as famílias.

Figura 09: Consumo de água.



Fonte: [http://www.zedudu.com.br/wp-content/uploads/6330e503671f\\_F70B/Semanadagua\\_thumb.jpg](http://www.zedudu.com.br/wp-content/uploads/6330e503671f_F70B/Semanadagua_thumb.jpg)

No entanto, após o *slide* 16 o MA mostra uma sequência em que apresenta o processo de tratamento de esgoto da CORSAN e a sua eficiência realizando uma comparação com o esgoto gerado pelas residências e o impacto causado nos mananciais como é mostrado na Figura 10.

Figura 10: Sequência de slides culpabilizando o *sujeito* pelos impactos ambientais.



Fonte: Montagem pelos autores.

Percebe-se que das quatro figuras escolhidas, três são específicas da poluição individual ou familiar, porém a mortandade do rio nada tem a ver com esse processo e ao ser justaposta as demais induz o *sujeito* a pensar-se culpado por isso. As ações são críticas das condutas dos moradores, em que informa e/ou orientam de como seria a forma correta ou melhor qual a *verdade* instituída sobre os cuidados para com o ambiente.

Há uma intencionalidade de difundir um *discurso* em que o *sujeito* polui, isentando o estado de sua participação, como, por exemplo, a construção imediata de redes coletoras de esgoto cloacal, identificação dos lançamentos irregulares de efluentes industriais e uma maior fiscalização dos veículos de transporte de cargas perigosas. A mortandade dos rios apresentado na Figura 10 obviamente é uma descarga tóxica grande, provavelmente oriunda de resíduos industriais que dizimam de imediato a fauna e flora de um rio de forma massiva que jamais poderia ser colocada no mesmo nível de uma poluição cloacal. A pergunta que podemos fazer é: Os MA sabem disso? Se sabem, por que usam? Se não sabem há algo de errado com a formação, e disso não temos dúvida.

A justaposição das imagens pode ser explicada de algumas formas: ignorância do palestrante, o que implicaria na discussão do seu despreparo profissional, sujeição a um *discurso* circulante sobre os ditos ignorantes individuais poluidores domésticos, ou habitualmente a empresa não discute as ações mal fiscalizadas pelo estado dos poluidores de grande poderio econômico. Seja qual for

a explicação, são visíveis os problemas e os efeitos discursivos que se produz junto a uma população fragilizada econômica-socialmente, como é o caso dessas oficinas.

Como vimos nesses recortes dos materiais analisados, há um *discurso* que problematiza a ação do *sujeito* individual, tomando-o como responsável pela sua demora no banho, pelo número excessivo de descarga que aciona, etc, mas em contraposição não há uma discussão dos produtos industrializados que o indivíduo adquire e que em sua manufatura consomem e poluem muita água, como, por exemplo, os produtos da indústria do couro. Mais que isso, a problematização de uma vertente direta de economia da água (a doméstica) promove um lugar no *discurso* para um *sujeito* culpado, descuidado e irresponsável, como acontece em outros *discursos* ambientalistas.

É difícil que a reverberação desse *discurso* não promova um assujeitamento dos indivíduos e ao estabelecer-se esse *discurso* como o da ordem, retoma-se uma posição neoliberal bastante tranquila para a estatal, pois é o *sujeito* "gastador" da água que sofrerá as consequências de sua incômoda postura social.

A empresa por sua vez, ao omitir ou delegar a segundo plano uma discussão sobre as tantas outras empresas que poluem e/ou gastam muito a água, não se compromete com sua própria ação daninha. Cumpre a legislação e ao mesmo tempo se regozija por fazer ações sociais politicamente corretas.

A análise das legislações mostrou que na Política Estadual de Educação Ambiental, no seu artigo 3 e inciso V aborda as atividades de Educação Ambiental que devem ser desenvolvidas no estado do RS informando que são

às empresas, instituições públicas e privadas e entidades de classe, promover programas destinados à educação ambiental dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente e as condições de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente, inclusive sobre os impactos da poluição sobre as populações vizinhas e no entorno de empreendimentos que causem impacto ambiental (RS, 2002).

A preocupação ambiental está inclusa na Constituição Estadual do RS nos artigos 250 e 251 (Id., 1989) afirmando que é essencial a manutenção do ambiente para a sadia qualidade de vida pois

todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e restaurá-lo para as presentes e futuras gerações, cabendo a todos exigir do Poder Público a adoção de medidas nesse sentido (Ibid.).

Ou seja, a Educação Ambiental deveria ser uma atividade intrínseca aos

processos principais da empresa visando não somente os seus clientes, mas também os seus funcionários evitando que ocorram ações mais pontuais dependentes de iniciativas de funcionários preocupados com o *discurso* ecológico. Estes excertos de legislações estaduais sobre a preocupação ambiental denota o uso da Educação Ambiental como uma das ferramentas de melhoria do ambiente ecologicamente equilibrado, mas não especifica a sua definição deixando a critério das empresas a metodologia a ser definida. Ou ainda ser usada como ferramenta de propaganda da empresa de forma intencional ou não.

## 6. Considerações finais

As observações das oficinas ofertadas pela CORSAN apresentaram alguns questionamentos do pesquisador sobre qual seria o papel constituidor dos *discursos* e de que modo é integrante no planejamento estratégico da empresa. O *discurso* ecológico utilizado pelos MA nestas oficinas parece colidir com o aspecto financeiro da empresa, uma vez que destaca a importância de consumirem água com parcimônia para evitar o desperdício de água, o que impactará na arrecadação.

No entanto, além de orientar sobre o desperdício de água o MA percorre a trajetória dos esgotos cloacais gerados pelos *sujeitos* e o seu impacto no ambiente, sem que se faça uma discussão acerca dos grandes poluidores, como por exemplo a indústria, agroindústria e a própria CORSAN, quando tangencia a problemática do lodo gerado pelas ETA e a perda nos seus processos produtivos de água potável.

A Educação Ambiental é utilizada como uma estratégia da empresa de fortalecer a marca e atender a legislação assujeitando os *sujeitos* para auxiliar na preservação ambiental dos mananciais hídricos de superfície qualificando o recurso natural de forma a diminuir os custos operacionais de tratamento de água e de esgoto, mas sem provocar o despertar ambiental para a constituição do “*sujeito* ecológico”.

O processo de constituição dos MA, conforme foi apresentado nesse artigo, teve seu ápice até os anos de 2001, ano em que foi contratada uma pedagoga para estabelecer o Programa de Educação Ambiental da CORSAN, e cujos efeitos reverberam até o ano de 2017, com ações isoladas e voluntárias dos funcionários em todas as Unidades de Saneamento. Essas ações fomentaram o surgimento de uma rede informal (não institucionalizada) de Multiplicadores Ambientais, que se

destaca pela troca de informações. No entanto, não existe uma metodologia e/ou técnica padronizada e que tenha sido assumida pela empresa como forma ampla de definir uma política ambiental compartilhada nos mais de 340 municípios ainda que seja importante respeitar suas particularidades referentes a cultura, ambiente e política.

O MA desenvolve o seu próprio material a partir dos impressos ou vídeos da empresa, que são produzidos por publicitários, e/ou colegas, ou ainda de sítios da *internet*. Dessa forma, as oficinas de Educação Ambiental repetem acriticamente uma estratégia de convencimento da culpabilização do usuário sobre os danos causados ao ambiente, e que sua atitude deve ser modificada se aproximando do *discurso* neoliberal referente ao *sujeito* independente e responsável por si, não dependendo do estado para auxiliá-lo, formando um “cidadão melhor”. Ou seja, a empresa atende uma demanda legal, mas que pouco ensina e empodera com um conhecimento atual, para a população atingida (“beneficiada”).

## 7. Referências

CAIXA. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 maio 2017a.

\_\_\_\_\_. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 maio 2017b.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação: a formação do sujeito ecológico**. 6a ed. São Paulo: Cortez, 2012, 256 p.

CORSAN. **Plano de Cargos e Salários CORSAN**. Disponível na intranet/CORSAN. Acesso em: 10 ago. 2016, 2001.

\_\_\_\_\_. **Relatório Assessoria de Educação Ambiental**. Disponível na intranet/CORSAN. Acesso em: 10 jun. 2016, 2015.

\_\_\_\_\_. **Normas de Procedimento 01, 02 e 03**. Disponível na intranet/CORSAN. Acesso em: 10 out. 2016, 2016.

FERREIRA, Maira. **O cotidiano, o meio ambiente e o nacionalismo constituindo as ações educativas de uma empresa estatal**. 2000. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

FONSECA, Marcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Resumos do Collège de France:(1970-1982)**. Tradução de Andrea Daher. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder** (tradução de Roberto Machado). 17ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

GRUN, Mauro. **Ética e Educação ambiental: A conexão necessária**. Campinas: Papirus, 2006.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=430460>>. Acesso em 20 ago. 2017.

MÉSZAROS, István. **A Educação para além o capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

PORTOCARRERO, Vera. Os limites da vida: Da biopolítica aos cuidados de si. In: VEIGA-NETO, Alfredo.; ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de.; SOUZA FILHO, Alípio. (Org.) **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**: Porto Alegre: CORAG, 1989. 133 p. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=liPguzuGBtw%3d&tabid=3683&mid=535>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Estadual nº 11.730 de 09 janeiro de 2002**. Plano Estadual de Educação Ambiental. Rio Grande do Sul, 2002.

SILVA, Luciana Ferreira da. **Educação Ambiental Crítica**. Jundiaí: Paco, 2014.

SOUSA, Ana Cristina Augusto de. **Por uma política de saneamento básico: A evolução do setor no Brasil**. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/30/ana\\_cristina\\_30.pdf](http://www.achegas.net/numero/30/ana_cristina_30.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo José da. **Currículo, disciplina e interdisciplinaridade**. Revista Brasileira de Ciências do esporte, v.17, n.2, 1996, p.128-137.

\_\_\_\_\_. **Foucault & a Educação**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

## VII - RESILIÊNCIAS

Resiliência é a capacidade de reencontrar o equilíbrio após um momento de estresse ou de alteração, ou ainda, a capacidade de superar obstáculos e se recuperar, aprender e seguir em frente, tornando-se mais resistente a crises futuras. No entanto, utilizo esse termo, não para concluir a minha dissertação, colocando um ponto final e reiniciar outra pesquisa, mas como um entendimento que não podemos ser tão inflexíveis a ponto de afirmar ou se aproximar de uma conclusão absoluta sobre o assunto, pois não existe *verdade* universal e sim uma *verdade* em um determinado período e local, que pode ser mudada conforme os *discursos* que se produzem, portanto, a constituem em cada momento. Resiliência no sentido da formação do sujeito pesquisador, que utilizou ferramentas pós-estruturalistas para analisar a Educação Ambiental na CORSAN, assujeitado pela minha história de vida vinculada a essa empresa.

Posto isso, ao rever toda a dissertação e o caminho percorrido para me aproximar da perspectiva pós-estruturalista, me surpreendo ainda com os regimes de *verdade* os quais estamos assujeitados. As análises das imagens nos três artigos teve uma especificidade em cada um deles: no primeiro, os materiais produzidos pela empresa presos a redes discursivas diferentes em virtude das trocas nas gestões dos governos estaduais; no segundo artigo, o questionamento sobre o uso do jaleco branco em atividades que não tem relação e sem alguma orientação – uma não-norma seguida pelos funcionários que se intitulam de Multiplicadores Ambientais; e no terceiro, a culpabilização do consumidor sobre a condição atual do ambiente.

A falta de um programa de Educação Ambiental na empresa não a torna mais ou menos despreocupada com o ambiente, até mesmo porque não há como evitar a discussão ambiental em quaisquer empresas desde os Protocolos de Kyoto e Rio de Janeiro - ECO92, ademais de que no Rio Grande do Sul há uma Política Estadual de Educação Ambiental que define como sendo um componente essencial e que deve estar presente em todo o processo educativo, incubindo as instituições públicas a promoção de programas de Educação Ambiental para os trabalhadores e para a população no entorno das suas instalações.

O que efetivamente constamos é o fato de que, na CORSAN, as ações de Educação Ambiental, de forma bastante informal são realizadas por funcionários que



se informam, ou conhecem o assunto de forma particular e pouco vinculadas a saberes estabelecidos no campo amplo da educação ambiental. No entanto, podemos destacar que quando na CORSAN teve um programa de Educação Ambiental (2001-2003) ele marcou o corpo funcional de tal forma que quase 20 anos depois ainda existe uma rede de funcionários que falam em nome da empresa, utilizando o uniforme e/ou jaleco branco para “transmitir” conhecimento aos alunos e clientes. Esse momento, me parece necessário destacar, pois foi quando surgiu a denominação de Multiplicadores Ambientais que nada mais são que funcionários leigos preocupados com a “causa” ambiental.

As ações dos Multiplicadores Ambientais na empresa podem ser consideradas como conflituosas, pois ao mesmo tempo que é destacado ser um trabalho voluntário são solicitados os relatórios sobre as atividades executadas para serem incluídas no Balanço social anual da empresa. Além disso, em alguns materiais produzidos pela empresa constam algumas informações a respeito das atividades executadas pelos Multiplicadores Ambientais, inclusive no próprio sítio, é indicado o recebimento de escolas nas Estações de Tratamento de Água e Esgoto.

Percebo que é possível desenvolver outras pesquisas na empresa na área de Educação Ambiental, seja qual for a perspectiva a ser adotada, pois a ausência ou o vácuo será preenchido de qualquer forma, mas esperamos que seja sob uma perspectiva de integração do ambiente com o ser humano. As perspectivas existentes tratam a natureza como algo puro biológico, ou seja, preso em uma rede discursiva que considera o ser humano como fora desse mundo e que ele deveria se redimir das suas ações para trazer de volta aquele “mundo belo e puro”.

## REFERÊNCIAS

- AURELIO. **Dicionário on line Aurélio**. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com>>. Acesso em 10 jun. 2017.
- BACON, Francis. **Novum Organum**. Ebook: O Dialético, 2002.
- BARCHI, Rodrigo. **Educação ambiental e (eco)governamentalidade**. Ciências Educação, v.22, n.3, p.635-65-, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Bourdieu – Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. São Paulo: Ática, 1983, p.122-155.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº. 200 de 25 de fevereiro de 1967**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm)>. Acesso em: 10 jun 2017.
- \_\_\_\_\_. **Lei Federal no. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispões sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. **Portaria n. 2914, de 12 de dezembro de 2011**. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914\\_12\\_12\\_2011.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html)>. Acesso em 10 jun 2017.
- CAIXA. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 mai. 2017a.
- \_\_\_\_\_. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 mai. 2017b.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2012, 256p.
- CHALLUB, Samira. **Funções da linguagem**. São Paulo: Ática, 1987.
- CHAVES, Sílvia Nogueira. **Reencantar a ciência, reinventar a docência**. 1ª ed. São Paulo: Livraria da Física, 2013, 177p.
- CHEVALIER, Jean; GEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. 5ª ed. Lisboa, Assírio e Alvim, 1991, 88p.
- CHRISTOFARO, Maria Auxiliadora. **A organização do sistema educacional brasileiro e a formação na área de saúde**. Disponível em: <[http://lct-ead.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/A%20organiza%E7%E3o%20do%20sistema%](http://lct-ead.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/A%20organiza%E7%E3o%20do%20sistema%20educacional)>

[20educacional%20brasileiro%20e%20a%20forma%E7%E3o%20na%20%E1rea%20da%20sa%FAde.pdf](#)>. Acesso em: 03 ago. 2017.

COL. **CORSAN ON LINE**. Informativo semanal. Disponível em: Intranet da CORSAN. Acesso em 10 abr. 2017.

CORSAN. **Informativo Interno**. mar. 1984.

\_\_\_\_\_. **Marca D'água**. Ano 1, n.07, nov. 2000.

\_\_\_\_\_. **Afinal, você é racional ou não?** 2001.

\_\_\_\_\_. **Plano de Cargos e Salários CORSAN**. Disponível na intranet/CORSAN. Acesso em: 10 ago. 2016, 2001.

\_\_\_\_\_. **Marca D'água**. Ano 3, n.27, maio 2002.

\_\_\_\_\_. **Água legal**, ser um cliente da CORSAN traz muitos benefícios, 2010.

\_\_\_\_\_. **4 bilhões**: Investir em saúde e qualidade de vida faz a diferença, 2014

\_\_\_\_\_. **Relatório Assessoria de Educação Ambiental**. Disponível na intranet/CORSAN. Acesso em: 10 jun 2016, 2015.

\_\_\_\_\_. **Curiosidades e dicas para cuidar bem da água**. 2016.

\_\_\_\_\_. **Normas de Procedimento 01, 02 e 03**. Disponível na intranet/CORSAN. Acesso em: 10 out 2016, 2016.

\_\_\_\_\_. **Curiosidades e dicas para cuidar bem da água**, 2016.

COSTA, Marisa Vorraber. Velhos temas, novos problemas – a arte de perguntar em tempos pós-modernos\*. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss. (Orgs.). **Caminhos Investigativos III**: riscos e possibilidade de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_. Pesquisa-ação, pesquisa participativa e política cultural da identidade. In: COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos Investigativos II**: outros modelos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Modernidade, Pós-modernidade e educação. In a: MARQUES, Mario Osorio; GAUTHIER, Clermont; MARTINEAU, Stéphane; SILVA, Ilton Benoni da; D'AMBROSIO, Ubiratan; GARCIA, Carlos Marcelo; MORAES, Maria Cecília Marcondes de. **Educação nas Ciências**: Revista do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências. Ano I, n.1, Jan/jun 2001, 103-116p.

DELLEUZE, Gilles. **Foucault**. 5ª ed. São Paulo: Braziliense, 2005.

DREYFUS, Hubert Lederer; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica. São Paulo: Forense Universitária, 1995.

EWALD, François. **Foucault, a norma e o direito**. Lisboa: Veja, 1993.

FERREIRA, Maira. **O cotidiano, o meio ambiente e o nacionalismo constituindo as ações educativas de uma empresa estatal**. 2000. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

\_\_\_\_\_. **Indústria e Educação em Ciências: Como se constrói esta relação?**

Disponível em:

<[http://abrapecnet.org.br/atas\\_enpec/iiienpec/Atas%20em%20html/o70.htm#o70](http://abrapecnet.org.br/atas_enpec/iiienpec/Atas%20em%20html/o70.htm#o70)> .

Acesso em 10 abr. 2017. Enpec 2001, Atas do III ENPEC 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. In: COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

FONSECA, Marcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert Lederer; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica. São Paulo: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **Resumos do Collège de France:(1970-1982)**. Tradução de Andrea Daher. - Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos II**. Tradução Elisa Monteiro. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Mota. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder** (tradução de Roberto Machado). 17ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

\_\_\_\_\_. Poder e saber. In: MOTTA, Manoel Barros da. ( Org.). **Estratégia, Poder-Saber**. Trad. Vera Lúcia Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2003 (Coleção Ditos e Escritos IV).

\_\_\_\_\_. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução Márcio Alves da Fonseca. Salma Tannus Muchail. – 2. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

GALLO, Silvio. **Currículo (entre) imagens e saberes**. Palestra proferida no V Congresso Internacional de Educação. São Leopoldo. Pedagogias (entre) lugares e saberes, 2007.

\_\_\_\_\_. O problema e a experiência do pensamento: implicações para o ensino da filosofia. In: BORBA, Siomara.; KOHAN, Walter Omar. **Filosofia, aprendizagem, experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GIL, Fernando. O plano da ciência. In: DEUS, Jorge Dias de (Org.). **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GRUN, Mauro. **Ética e Educação ambiental: A conexão necessária**. Campinas: Papyrus, 2006.

HALL, Stuart. Introduction. In: HALL, Stuart (ed.). **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Sage, 1-12, 1979.

HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs and Women: The reinvention of nature**. New York: Routledge, 1991.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=430460>>. Acesso em 20 ago. 2017.

JENKS, Chris. The centrality of the eye in western culture: na introduction. In: JENCKS, Chris (Ed.) **Visual Culture**. London and New York: Routledge, 1995, p.1-25.

LARA, Larissa Michelle. **As danças no candomblé: corpo, rito e educação**. Maringá: Eduem, 2008.

LEFF, Enrique. **Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental**. Olhar de professor, 14(2): p.309-335, 2011.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

LEITE, Maria Cecília Lorea; LOGUERCIO, Rochele de Quadros. Políticas Curriculares e Imagens. In: TURA, Maria de Lourdes Rangel (Org.). **Currículo, Políticas e Ação Docente**. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2013, v. 1, p.137-157

LEITE, Maria Cecília Lorea; HYPOLITO, Álvaro Moreira; LOGUERCIO, Rochele de Quadros. **Imagens, docência e identidade**. Cadernos de Educação, FAE/PPGE/UFPEL. Pelotas [36], 319-335, maio/agosto 2010.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. 3ª ed. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olimpo. 1991.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de**

**metodologia científica.** 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Eliecília de Fátima; MARTINS, Cecília Jerônima. **O uniforme enquanto objeto sógnico na área da saúde.** Verso e Reverso, vol. XXV, n. 59, maio-agosto, 2011.

MERTON, Robert King. Os imperativos da Ciência. In: DEUS, Jorge Dias de (Org.). **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência.** 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MÉSZAROS, István. **A Educação para além o capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

PORTOCARRERO, Vera. Os limites da vida: Da biopolítica aos cuidados de si. In: VEIGA-NETO, Alfredo.; ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de.; SOUZA FILHO, Alípio. (Org.) **Cartografias de Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAMOS, Elizabeth Christmann, Educação Ambiental: origem e perspectivas. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a12.pdf>>. **Educar** n. 18, p. 201-218, 2001. Acesso em: 10 jul. 2017.

REIGOTA, Marcos. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna.** 4<sup>a</sup> ed., São Paulo: Cortez, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul:** Porto Alegre: CORAG, 1989. 133 p. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=liPguzuGBtw%3d&tabid=3683&mid=535>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Estadual nº 11.730 de 09 janeiro de 2002.** Plano Estadual de Educação Ambiental. Rio Grande do Sul, 2002.

\_\_\_\_\_. **Código Estadual do Meio Ambiente.** Lei nº 11.520, de 03 de agosto de 2000, atualizada pela Lei nº 13.914 de 12 de janeiro de 2012. Rio Grande do Sul: Corag. 2012.

ROSE, Gillian. **Visual methodologies: An Introduction to the interpretation of visual materials.** London: SAGE Publications, 2001 (tradução de Rosa Fischer).

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna.** Trad. Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

SILVA, Luciana Ferreira da. **Educação ambiental crítica.** Jundiaí, Paco Editorial, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo.** 3<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2015.

SOUSA, Ana Cristina Augusto de. **Por uma política de saneamento básico: A evolução do setor no Brasil.** Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/30/ana\\_cristina\\_30.pdf](http://www.achegas.net/numero/30/ana_cristina_30.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2016.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx: roupas, memória, dor.** Tradução: Tomaz Tadeu. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

TRAVERSINI, Clarice Salete; LOPEZ BELLO, Samuel Edmundo. O Numerável, mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, v.34, n. 2, p.135-152, mai./ago. 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo José da. **Currículo, disciplina e interdisciplinaridade.** Revista Brasileira de Ciências do esporte, v.17, n.2, 1996, p.128-137.

\_\_\_\_\_. Olhares. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos II: Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007a, p.35-47.

\_\_\_\_\_. Paradigmas? Cuidado com eles! In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos I: Novos olhares na pesquisa em educação.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p.23-38.

\_\_\_\_\_. **Foucault & a Educação.** 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média.** Tradução Carlota Boto. Bauru: EDUSC, 1999.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: **Como se escreve a história.** Brasília: Editora UNB, 1982.